

director António Realinho

VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação trimestral
distribuição gratuita

12 edição

janeiro . fevereiro . março

'09

A CRISE E A FÉ

Liberdade de Pensamento, Nizar OUTHMAN (Síria)



adraces

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul

Sejamos solidários com o futuro.

Sem título, Sevkett YALAZ (Turquia)
[Edições Afrontamento, Porto Cartoon, Museu Nacional da Imprensa, 2008]



VIVER
VIDAS E VEREDAS DA RAIA

12 edição | janeiro . fevereiro . março **'09**

Estatuto Editorial e Estatuto Redactorial da Revista VIVER

Consulte a página:

www.adraces.pt/conteudos/index.php?id=65

FÉ E RURALIDADE, UM CASAMENTO TRADICIONAL EM PROCESSO DE EXTINÇÃO?

António Realinho
[ODirector]

Nas Comunidades Rurais, ainda hoje, graças à idade da maioria das suas populações, prevalece de maneira bem generalizada a crença de que tudo quanto acontece neste mundo corresponde à vontade de DEUS.

Se a vontade de Deus é que soframos a CRISE, – “*seja feita a sua vontade e seja o que Deus quiser*” – por isso, as reacções dos rurais às dificuldades da vida sempre foram mais condescendentes, mais resignadas, mais crentes na impossibilidade de se opor aos divinos desígnios.

Com a entrada de “pregadores” de muitos credos e cores casas a dentro das famílias rurais, através da rádio e da televisão, a situação vem-se alterando mas, por paradoxal que pareça, esta “pregação” de alguns dos mais ambiciosos aspirantes a Deuses, por

falaciosa, trapalhona e enganadora, tem contribuído para diminuir a confiança nos homens e reforçar a fé em DEUS.

Num Deus, nem sempre o mesmo, mas sempre Ente Supremo justo e bom, reinando com imparcial rigor sobre os destinos de todos nós, nunca sujeito às pressões dos mais poderosos em prejuízo dos mais humildes e ou oprimidos.

É esta Fé feita da sublimada obediência à onipotência de Deus que concorre para minorar o sofrimento e alentar a coragem das comunidades rurais, permitindo-lhes enfrentar esta e todas as crises da vida com maior serenidade e esperança.

Graças à crise e ao tratar deste tema, pude usufruir do raro privilégio de escutar atentamente, e ficar a melhor conhecer, três personalidades de excepção, cujas vidas, por diferentes razões, são dignas de nelas atentarmos como exemplos da dedicação e persistência devotadas às suas causas (às suas fés).

Foram eles:

O Senhor Bispo de Portalegre e Castelo Branco, homem de Fé em Deus mas também nos Homens com quem se sente solidário quando estes não se perdem na ambição de deixar de ser humanos, pretendendo alcançar a essência do divino. Homem atento e de lúcida compreensão para os problemas das pessoas, sejam elas crentes ou não.

O Senhor Professor Doutor António Martins da Cruz, Reitor da Universidade Lusíada, extraordinário exemplo de Beirão e Pedagogo, educador emérito, impulsionador de novas abordagens baseadas em princípios e métodos fundados na assunção da responsabilidade inerente ao usufruto da Liberdade, ideias e teses com que tem vindo a influenciar positivamente sucessivas gerações de estudantes, ao longo de toda uma vida dedicada ao ensino superior.

O Senhor José Ribeiro Henriques, fundador da CENTAURO. Neste homem, de origem humilde e rural, encontramos bem patentes as características próprias das pessoas moldadas por tenazes e persistentes combates pela vida. Dessas pessoas que, sem grandes condições à nascença, não se resignam à pobreza do berço e, pragmaticamente, vão à vida, dela fazendo a sua riqueza e a sua realização pessoal.

À visão estratégica e ao engenho e arte deste homem, ao seu espírito empreendedor e disponibilidade para a inovação tecnológica, devemos (a economia Da BIS, da região e de Portugal), a grande empresa internacional que é hoje a CENTAURO e, para além dela, o desenvolvimento e credibilidade da indústria do frio em Portugal.



edição **12**
janeiro . fevereiro . março
'09

VIVER

ficha técnica

Director António Realinho

Director Adjunto Teresa Magalhães

Editor Geral Camilo Mortágua

Conselho Editorial António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós

Coordenação da Redacção Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão

Director Comercial Luís Andrade

Design e Direcção Gráfica DallDesign, Lda.

Produção Gráfica (Paginação/Impressão) DallDesign, Lda.

Capa DallDesign, Lda.

Imagem da capa: Autor: Nizar OUTHMAN (Síria)
Título: *Liberdade de Pensamento*. Edições Afrontamento.
Porto Cartoon. Museu Nacional da Imprensa. 2008

Colaboradores Abel Cuncas, Aida Rechena, Ana Paula Fitas, Aníbal de Almeida, António de Abrunhosa, Armindo Jacinto, Carlos Rosa, Celso Lopes, Clarisse Santos, Domingos Santos, Fernando Paulouro Neves, Fernando Raposo, Guilherme Pereira, Inês Pedrosa, João Ludgero, João Mário Amaral, João Miguel Pereira, Joaquim Alberto, Jorge Brandão, José Lopes Nunes (Jolon), José Portela, Lopes Marcelo, Luís Domingo Sabonete, Margarida Cristóvão, Maria José Martins, Mário Moutinho, Marta Alves, Moisés Espírito Santo, Paulo Pinto, Paulo Pires Águas, Rui Morais, Sandra Vicente, Victor Santiago

Depósito Legal

Registo na Entidade Reguladora para

a Comunicação Social (ERC) 124952

Periodicidade Trimestral

Tiragem 3000 exemplares

Propriedade

ADRACES

Associação para o Desenvolvimento
da Raia Centro-Sul
www.adraces.pt

Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
Telef. +351-272540200 Fax. +351-272540209
Número de Identificação Fiscal (NIF): 502706759
Sede da Redacção: Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
E-mail: viver@adraces.pt

conteúdos

01 DO DIRECTOR

Fé e Ruralidade, um casamento tradicional em processo de extinção?

03 DO EDITOR

A Nossa Fé...

04 ONDAS CURTAS INTERNACIONAIS

Carta de Paris

Notícias do Fórum Social Mundial, reunido em Belém do Pará – Brasil, entre 30 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 2009

09 GRANDE TEMA

A Crise e a Fé... Só Palavras? Ou Também Actos?

D. Antonino Eugénio Fernandes Dias, *Bispo de Portalegre e Castelo Branco*
As Vidas e Veredas da Raia e da BIS... iluminam-se com o pensamento claro e fraterno do Homem que é nosso Bispo

30 TRIBUNA DA CIDADANIA

Prof. Doutor António Martins da Cruz, *Reitor da Universidade Lusíada*
“Toda a crise resulta da falta de consciência do valor da vida humana”

32 TEM A PALAVRA

Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Cebolais de Cima

34 INOVADORES E PIONEIROS

José Ribeiro Henriques. O “Centauro” da Centauro

38 NÓS ADRACES

Tradição Trilha Caminhos de Renovação

42 OS NOSSOS PARCEIROS

Contribuição para a consulta pública da U.E. sobre o Livro Verde relativo às futuras Políticas de Coesão Territorial

44 AO SABOR DA PENA

O Mundo Rural e a Crise ... de Identidade!

46 SENTIR A BEIRA

A Crise e a Ética

48 DO LADO DE LÁ

Ceclavín, entre rios e sem fronteiras!



adraces

Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul

A NOSSA FÉ...

Camilo Mortágua
[O Editor]

Ser Editor não é ser “fazedor” dos conteúdos duma revista. O Editor está para a revista como o médico está para a criança nascida de cesariana. Cuida de A dar à luz do vosso interesse e possível admiração, mas obviamente não lhe compete o prazer e esforço da sua fecundação, essa é uma tarefa que desejamos partilhada pelo maior número possível de “Pais”.

Mesmo assim, este número, embora à partida se anteviesse “um parto difícil”, deixou-nos a satisfação própria dos projectos bem sucedidos. O grande tema escolhido – “A Crise e a Fé” – revelou-se suficientemente apelativo para interessar um diversificado leque de pessoas a participar da sua “criação”.

Toda a equipa está satisfeita e agradecida a quantos contribuíram para esta entrega que agora vos fazemos. Estamos convencidos que a decisão de nos ler será compensada pela satisfação de se sentirem mais conhecedores das diferentes formas de pensar de muitas das pessoas que nos rodeiam e que são detentoras de responsabilidades e poderes que, de uma ou de outra forma, têm que ver com as nossas próprias vidas.

É deveras gratificante poder contar com a dedicação e inteligência dos colaboradores que nos honram com o seu trabalho.

Voltamos a inserir a rubrica “Inovadores e Pioneiros”, para poder preencher uma lacuna até hoje em aberto, reconhecendo o mérito daquele que talvez mereça a distinção e o título de “Pioneiro de todos os Pioneiros da BIS” – José Ribeiro Henriques, fundador da CENTAURO.

Também inserimos nas páginas deste número, na “Tribuna da Cidadania”, uma entrevista com uma personalidade natural da BIS, de há muito pensada, Homem de extenso percurso cívico e conceituada e reconhecida competência ao serviço da educação superior em Portugal e não só, o Prof. Doutor António Martins da Cruz, reitor da Universidade Lusíada.

Pela oportunidade de conhecer o pensamento do novo Bispo de Portalegre e Castelo Branco, neste tempo de angustiantes incertezas morais e materiais, entendemos ser importante atentar nas suas palavras, para melhor compreendermos a pluralidade de pensamento duma instituição como a igreja católica.

Por tudo isto, gostaríamos que o conjunto destas páginas não constituísse “mais uma revista”. Pretendemos que cada número da VIVER constitua um documento que se guarda, como coisa de culto, e ao qual se volta sempre que nos vem à memória um assunto nela tratado. Talvez seja demasiada pretensão da nossa parte, mas é com esse objectivo que, número a número, cuidamos de a “dar à luz” o mais limpinha e sã possível.



ONDAS CURTAS INTERNACIONAIS

Joaquim Alberto

CARTA DE PARIS

A crise e a fé. Antes de mais, quero felicitar a direcção da revista por ter sido capaz de escolher este tema. De facto, é muito difícil ver uma revista não especializada tratar de assuntos como a fé e a economia. É mais fácil ver artigos sobre medicina e arquitectura do que sobre fé e economia. Normalmente, fé e economia são assuntos de especialistas, quase sempre os mesmos, tratados com linguagens muito técnicas, difíceis de entender para os não iniciados. Por isso, as pessoas comuns até têm medo de abordar estes assuntos em público, e talvez até pela mesma razão, os jornais e revistas não especializadas também pouco falam, a não ser em cadernos especiais para o efeito. É preciso coragem para dedicar um número inteiro a estes temas e à relação entre os dois. Mas esta crise, que é, nem mais nem menos, o resultado de uma má gestão dos dinheiros, existentes e virtuais, afecta a vida de todas as pessoas do mundo. E a fé também. Talvez com esta publicação possamos ler opiniões que não sejam só de especialistas, mas de gente comum.

Geralmente, costumamos dizer que as pessoas que acreditam na existência de Deus são pessoas com fé, e aquelas que não acreditam são ateus. Mas a verdade é que todos têm fé: uns acreditam que Deus existe, e os outros acreditam que Deus não existe. Porque nem os que acreditam podem provar a existência de Deus, nem os que não acreditam podem provar a não existência. Infelizmente, a grande maioria das pessoas acredita, ou não acredita, apenas porque sim, ou porque não. Isto é, poucos são os que acreditam ou não acreditam devido a uma profunda reflexão pessoal: normalmente, somos católicos, ou protestantes, ou muçulmanos, ou budistas, ou hindus, porque nascemos numa família que já o era; ou somos ateus porque nascemos em famílias onde já não se acredita na existência de Deus, ou então por oposição às religiões. Deus, existindo ou não, não nos faz grande diferença. O que faz com que muitos neguem a existência de Deus, e quase sempre por causa da maneira como as diversas religiões tentam organizar e desenvolver a vida colectiva e individual das pessoas humanas. As religiões apareceram numa época em que o valor das pessoas como indivíduo era irrelevante. O que importava era a vida comunitária. E foi essa vida comunitária que as diversas religiões tentaram organizar. À medida que muitas pessoas começaram a saber ler e escrever, começou também a tomar grande importância o valor de cada um como indivíduo, sem que as diversas religiões fossem capazes de acompanhar esta transformação. Por isso, as sociedades mais letradas são menos religiosas e mais ateias. **A fé ocupa-se do SER. SER MELHOR. Mesmo a fé dos ateus.**

A economia apresenta-se como uma ciência, por isso só os 'cientistas economistas' são capazes de falar sobre economia. Mas o que esta crise veio revelar é que a ciência económica tem muito pouco de exacta e, por isso, tem muito de fé. Os economistas basearam a ciência económica sobre muitas crenças. Não em Deus, mas em princípios que ninguém quer discutir. Por isso, há apenas seis meses, todos afirmavam como verdade científica que o preço do petróleo iria continuar a subir e o que aconteceu foi que desceu e muito. Diziam que o estado não deveria interferir na economia, agora pedem ao estado que salve a economia. Diziam que era possível o crescimento contínuo da economia, agora tentam arranjar desculpas para a crise e não querem ver que o crescimento contínuo é impossível, etc., etc., etc. **A economia ocupa-se do que diz respeito ao TER. TER MAIS. Sempre mais.**

Mas, apesar da tão apregoada crise, este ano foi batido mais uma vez o recorde de entradas na feira da agricultura de Paris; houve uma exposição de venda de objectos que pertenceram a Yves Saint Laurent aqui em Paris, e também bateu todos os recordes de preços; vendem-se peças a mais de um milhão de euros, quadros a 200 mil euros e garrafas de vinho a 25 mil euros cada uma. Não se vê a crise nem nos salários nem no valor das transferências do futebol. Também não se vê nas remunerações que continuam a auferir os gestores dos bancos e das grandes empresas – mesmo aqueles que receberam ajudas do estado, isto é, de todos nós e dos nossos filhos, que vão ter de pagar as dívidas que agora são feitas.

Podemos dizer que a crise não é para todos. Porque alguns, apesar de tudo, estão imunes a todas as crises económicas, sejam elas quais forem.

A bondade é infinita, por isso, ser melhor é sempre possível a todos e a todos ao mesmo tempo. Ser melhor significa ser mais IGUAL, mais LIVRE, mais FRATERNAL.

Os bens materiais são finitos. Por isso é impossível o crescimento contínuo. Ter mais nem sempre é possível, e quando o TER é prioritário sobre o SER, isso significa ser menos igual, menos livre, menos fraterno. Se não houver partilha justa dos bens, os bens serão sempre de poucos. A grande maioria nunca terá nada ou quase nada.

Enquanto os valores da fé não forem prioritários e os da economia secundários, não será possível sair da crise, a não ser na aparência e sempre por pouco tempo.

Eu, e quase todos o emigrantes portugueses, só vivemos fora de Portugal, porque em Portugal viveríamos sempre em crise. Por isso, a hipótese que nos resta é viver fora do país onde nascemos e onde gostaríamos de viver.

Ao ler as notícias que vão sendo publicadas, estou cada vez mais convencido que a crise vai ser muito longa. Porque não é possível resolvê-la continuando a produzir automóveis em tão grande quantidade que não é possível vendê-los, e não produzindo bens que são necessários mas que não dão lucro, despedindo trabalhadores e mantendo as remunerações do capital e dos directores, etc. Quem provocou a crise foi o capital e os directores. Justiça é que sejam eles a pagá-la. E é também a única solução para sairmos desta crise económica. ■

ONDAS CURTAS INTERNACIONAIS

NOTÍCIAS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, REUNIDO EM BELÉM DO PARÁ – BRASIL, ENTRE 30 de Janeiro e 1 de Fevereiro de 2009

1. Propostas para uma economia solidária

Apresentadas e defendidas pela Rede Intercontinental de promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS) e pelo Fórum Brasileiro de Economia Social e Solidária (FBES) no Fórum Social Mundial, de 28 Janeiro a 1 de Fevereiro de 2009, em Belém do Pará, Brasil.

“Nós, trabalhadores e trabalhadoras e militantes do movimento pela economia solidária, formulamos as seguintes propostas”:

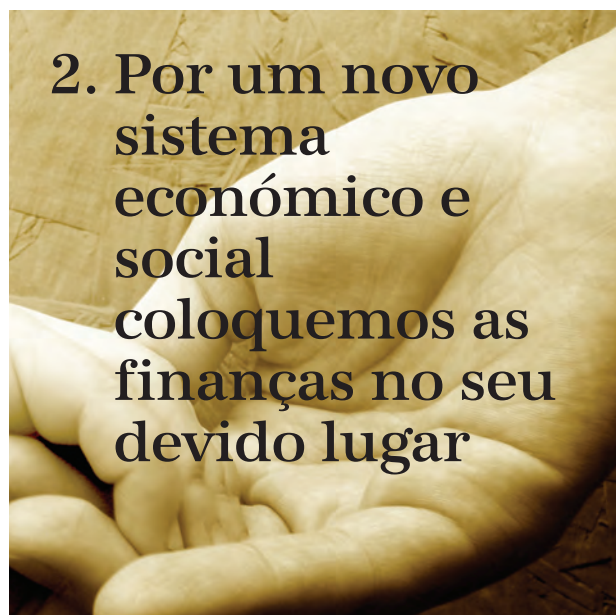
- 1 – No contexto de crise mundial, mais do que nunca as práticas económicas alternativas respondem através das suas experiências com novos instrumentos de finanças sociais e solidárias. É, portanto, fundamental reconhecer e apoiar a criação de laços cada vez mais fortes entre economia, sustentabilidade e as finanças solidárias.
- 2 – É necessário resgatar o papel da FAO dentro do sistema da ONU de garantir o direito à alimentação, através de recomendação do incremento da produção de alimentos oriundos da agricultura familiar e da economia solidária, também como forma de promoção de outro modelo de desenvolvimento, com trabalho e justiça frente ao aumento do desemprego no mundo.
- 3 – Temos que dar maior importância política e coerência prática na construção material do Fórum Social Mundial, garantindo cada vez maior participação de empreendimentos solidários, de agricultura familiar local, de materiais de baixo impacto ambiental, entre outros, na infraestrutura.
- 4 – Nós recomendamos a criação de rede de organizações para intercâmbios solidários, locais e internacionais via Internet, partindo do que existe e utilizando as tecnologias da informação/medias livres, para elaborar uma solução em rede.
- 5 – Na construção das futuras edições do FSM, reconhecendo o aporte da Economia Social e Solidária no seio desta globalização da solidariedade, recomendamos que o território (no sentido de localização) da Economia Social e Solidária fique próximo geograficamente das grandes temáticas, na construção dos território levando em conta as afinidades.

6 – Defendemos o apoio e mobilização pelo projecto de Lei da Merenda Escolar Brasileiro, que exige que pelo menos 30% da alimentação fornecida nas escolas seja comprada de empreendimentos locais da agricultura familiar e de Economia Solidária, o que implica uma acção estratégica na defesa da segurança alimentar e nutricional, e de outro modelo de desenvolvimento: local, solidário, sustentável e culturalmente diverso.

7 – Propomos lançar uma campanha mundial para as compras públicas e para um consumo ético e responsável de bens e serviços da Economia Solidária e da Agricultura Familiar, e denunciar os danos e o impacto que provêm do consumo de produtos de empresas capitalistas e das multinacionais.

8 – Nós nos juntamos aos outros movimentos sociais do mundo inteiro nas suas lutas pela dignidade humana, o bem-estar, a emancipação dos povos e a transformação do actual modelo de desenvolvimento.

[Belém do Pará, Brasil
1º de Fevereiro de 2009]



Onde estão os meios para as populações vítimas da crise? O mundo não precisa somente de regulações, mas de um novo paradigma que traga de volta a esfera financeira ao serviço de um novo sistema democrático, fundado sobre a satisfação de todos os direitos humanos, o trabalho decente, a soberania alimentar, o respeito do meio ambiente, a diversidade cultural, a economia social e uma nova concepção da riqueza.

Por isso pedimos:

- Colocar as Nações Unidas, reformadas e democratizadas, no cerne da reforma do sistema financeiro, pois o G20 não é um fórum legítimo para dar as respostas adequadas a esta crise económica.
- Estabelecer mecanismos internacionais, permanentes e constrangedores, do controle dos movimentos de capitais.
- Implementar um sistema monetário internacional fundado sobre um novo sistema de reserva e incluindo a criação de moedas de reserva regionais, para acabar com a supremacia do dólar e assegurar a estabilidade financeira internacional.
- Implementar um mecanismo global de controlo público e cidadão dos bancos e das instituições financeiras.
- A intermediação deve ser reconhecida como um serviço público garantido a todos os cidadãos do mundo e deve ser excluída dos acordos comerciais de livre comércio.
- Proibir os fundos especulativos e os mercados OTC, sobre os quais são trocados os produtos derivados e outros produtos tóxicos fora de qualquer controle público.
- Erradicar a especulação sobre as matérias-primas, começando pelos produtos alimentares e energéticos, pela implementação de mecanismos públicos de estabilização dos preços.
- Desmantelar os paraísos fiscais, sancionar os seus utilizadores (indivíduos, companhias, bancos e intermediários financeiros) e criar uma organização fiscal internacional encarregada de impedir a concorrência e a evasão fiscal.
- Anular a dívida insustentável e ilegítima dos países empobrecidos e estabelecer um sistema responsável, democrático e justo de financiamento soberano ao serviço do desenvolvimento sustentável e equitativo.
- Estabelecer um novo sistema internacional de divisão das riquezas pela implementação de uma fiscalidade mais progressiva no nível nacional e pela criação de taxas globais (sobre as transacções financeiras, sobre as actividades poluentes e sobre as grandes fortunas) para financiar os bens públicos mundiais. Nós chamamos as associações, os sindicatos e os movimentos sociais a convergir para criar uma relação de força cidadã em favor deste novo modelo. Nós os chamamos a multiplicar em toda parte no mundo, especialmente frente ao G20, desde o dia 28 de Março de 2009.

[Assinaturas das organizações signatárias deste apelo em www.choike.org/gcrisis]

[Assinaturas de adesão por e-mail: finance@eurodad.org]

Saber o que se vai passando e pensando no Mundo é indispensável à formação da opinião de todo o cidadão consciente. O nosso propósito ao publicar as informações precedentes é informar sem julgar. A cada leitor o seu julgamento.

3. O Desenvolvimento Rural na Política de Coesão da U.E.

Num recente debate sobre o futuro da política europeia de coesão para depois de 2013, organizado pela Comissão, com a presença de deputados europeus e nacionais, sublinhou-se a necessidade de rever esta política na sequência dos efeitos da crise sobre o emprego, sobretudo nos países menos desenvolvidos.

Alguns parlamentares, entre os quais o senador polaco Wladyslaw Ortyl, defenderam a integração do Desenvolvimento Rural na política de coesão.

4. As regiões passam a dispor de mais seis meses suplementares para aplicar os fundos não gastos relativos ao período 2000 – 2006

De acordo com o que tinha anunciado em Novembro passado, na apresentação do plano europeu de relançamento da economia, a Comissão Europeia anunciou no passado dia 24 de Fevereiro, duas medidas destinadas a ajudar as regiões da Europa a lutar contra a crise:

- Os programas operacionais referentes à política de coesão, que não tenham utilizado a totalidade dos fundos a si afectados para o período 2000 – 2006, passam a dispor de mais seis meses para aplicar os remanescentes. Esta medida estabelece a data de 30 de Junho de 2009 como novo limite para os pagamentos de projectos financiados por quatro fundos: Fundo Social Europeu (FSE), Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), e o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP).
- A margem de manobra das regiões europeias na repartição dos fundos entre diferentes prioridades dum mesmo programa operacional passa de 2 para 10%. ■



GRANDE TEMA

A CRISE E A FÉ...

SÓ PALAVRAS? OU TAMBÉM ACTOS?

Um Homem, vestido de gabardina e abrigado por um chapéu de chuva, monta a escadaria rolante do Palácio da Política Europeia e, lá do alto, volta-se para a multidão expectante, levanta a perna direita, mostra um sapato roto, descalça a meia encharcada e grita: - ò que chegámos... isto é a CRISE.

Um jovem velho, tronco nu e pano grosso tapando o rabo, pele e osso, descalço, mais delgado que a chuva, monta a escadaria dourada do Palácio dos Políticos Africanos, ginga um elegante passe de dança e grita: alegria... alegria... vamos ter colheitas!

Pois é... quem se habitua a viver de estômago cheio e corpo protegido resiste mal às tempestades!

Muitos dos nefastos efeitos da “crise” multiplicam-se e agudizam-se, mais pela nossa falta de hábito de enfrentar verdadeiras limitações aos nossos recém adquiridos padrões de conforto, que pelos seus concretos malefícios.

Andamos maioritariamente a reagir com os sensores do baixo-ventre. Não quisémos, não estivémos para nos incomodar com os avisos de quem há mais de duas décadas nos vem incitando a cerrar fileiras para impedir que a **HUMANIDADE SE PRECIPITE NO ABISMO.**

CRISE E A CRENÇA

Moisés Espírito Santo

[Prof. Catedrático
da Universidade Nova de Lisboa]

As crises fomentam as crenças e as religiões. As religiões são produtos de crises. As três funções básicas das religiões são: 1) dar sentido à vida, 2) criar normas, 3) fazer comunidade. Estas funções são motivadas pelas crises e não pela prosperidade e harmonia social. A necessidade aguça o engenho. As crenças e as ideologias são da mesma espécie e podem substituir-se.



CRISE E A CRENÇA



CRISES E RELIGIÕES

O judaísmo nasceu numa época de crise das tribos hebraicas escravizadas no Egipto, por volta do séc. XII a.C. A nova religião pretendeu libertar o povo e restituir-lhe a terra que fora dos seus antepassados. Criou uma nova dinâmica social, refundou a identidade e refez a comunidade.

O cristianismo nasceu durante a crise do império romano decadente e por falta de resposta das religiões pagãs da época, dispersas e contraditórias. Foi uma tentativa de renovação cultural. Na sua origem residia a ideia de igualdade e de fraternidade universais e isso passava pela visão de um Deus que é pai de todos os humanos, que não faz distinção de línguas ou etnias (os outros deuses eram tribais). Mas esse projecto de Jesus Cristo e dos primeiros cristãos - vindos das classes baixas - falhou desde o momento em que o Império (melhor, a classe política) o adoptou. Falhou quanto ao espírito inicial, mas triunfou quanto à possibilidade de ter dado continuidade ao Império. Resolveu uma outra crise.

A Reforma protestante nasceu num momento de crise europeia em que a ideologia/crenças da Idade Média já eram insuportáveis face à emergência de novos valores que, basicamente, eram os modernos: liberdade, democracia e criatividade económica.

De crise em crise, catolicismo e protestantismo foram-se reestruturando ao sabor das necessidades e das capacidades de adaptação. Lembro que a ideologia oficial, libertária, da América do Norte - que é o paraíso da liberdade e da criatividade económica - nasceu de crises religiosas europeias. Foram os perseguidos das religiões europeias que fundaram essa ideologia de liberdade. Caso paradigmático é o do navio May Flower (séc. XVII) que transportou, da Europa, os perseguidos de várias religiões e que fundaram a cidade de Filadélfia (nome grego que significa «a cidade dos amigos») «para acolher todos os perseguidos de qualquer religião que fosse», cidade que foi o símbolo da América.

CRISE E A CRENÇA



DE GUERRA EM GUERRA: CRENÇAS E IDEOLOGIAS

De guerra em guerra, as sociedades vão reformulando as crenças/ideologias e as identidades. Crises e guerras construíram a Humanidade. As épocas históricas estabelecem-se por «antes» e «depois» das guerras e das crises.

No «pós-IIª Guerra», as crenças e as ideologias mudaram. A crise de reconstrução social pôs o mundo em polvorosa ideológica sobre as opções «comunismo» ou «capitalismo», durante trinta anos (enquanto as religiões eram desprestigiadas), com inúmeras lutas heróicas, criação ideológica e abnegação humana do lado da opção «comunismo», até que esta, por sua vez, entrou em crise. As religiões passaram a ganhar novo prestígio em prejuízo das ideologias (umas substituem as outras).

Hoje, é o próprio capitalismo que está em crise. Não havendo soluções à vista, aparece a crença/ideologia de que o remédio está no Indivíduo. O fenómeno Barak Obama é representativo de como se crê que a solução está nas pessoas providenciais, novos messias. O entusiasmo provocado pela visita do Papa a África inscreve-se nesta perspectiva messiânica. Contra

os governos corruptos e tirânicos, e na incapacidade duma acção colectiva, bajula-se uma pessoa que a crença julga estar acima dos interesses materiais, mesmo que essa pessoa incarne todos os tabus ancestrais e hipocrisias conhecidas.

A actual crise é um retrato da crença na incapacidade das dinâmicas revolucionárias e o desprestígio do colectivo em favor do cada-um-para-si. Mas isto é um sub-produto da própria modernidade, com toda a sua complexidade e meios de informação/comunicação/auto-formação. De facto, a era moderna é a do «individualismo sociológico»: a pessoa é chamada a ser «um ente singular, regulado autonomamente, tendencialmente livre, propensamente diferente, parceiro de direitos e de deveres». Trata-se duma cultura perfeita e acabada que sustenta a democracia e a criatividade humana, com direitos-e-deveres para todos sem distinção. O seu contrário era a cultura comunitária em que as diferenças eram perseguidas, a inovação escamoteada e o unanimismo (castrador das diferenças e da criatividade) elevado a ideal supremo. O protótipo desse passado era a aldeia comunitária, opressiva.

CRISE E A CRENÇA



INDIVIDUALISMO SOCIOLÓGICO

O problema do «individualismo sociológico», cultura perfeita, é que os direitos e os deveres que o definem não são colocados em reciprocidade; os deveres são preteridos, a solidariedade social (um dos deveres) nem sempre aflora. Os melhores posicionados económica, política e juridicamente podem arrogar-se de estar acima da Lei e dos valores da igualdade jurídica. Só reclamam direitos.

Nesta tendência da individualização moderna, vamos encontrando «milhentas» correntes específicas – algumas das quais variantes de crenças – que visam o desenvolvimento pessoal, a formação mental e psicológica, o êxito profissional, a saúde e a distinção social. As ideologias colectivistas vão dando lugar à crença nas potencialidades do «eu-indivíduo». As próprias religiões só são úteis se contribuírem para a prosperidade individual. Ou, então, cada um vive a religião à sua maneira, desvalorizando os ritos colectivos homogeneizantes. Admiramos o Papa mas não se segue os seus preceitos.

Estamos perante uma ideologia típica da modernidade, a saber, a ideia de que a realização do indivíduo é um fim que justifica

todos os meios. Surgem então as teorias/crenças de que o indivíduo comporta em si uma super-potência que está adormecida, que uma pessoa pode transformar-se radicalmente com certos exercícios. Cursos e obras sobre «auto-ajuda» e o «poder da mente» são cada vez mais frequentes. O livro de Marilyn Ferguson, *The Aquarian Conspiracy* («A Conspiração do Aquário» – a era zodiacal do Aquário que é aquela em que a Terra vai entrando), dos anos 80, foi um dos iniciadores deste modo de perceber o poder da mente – uma «conspiração silenciosa» e sub-reptícia da mente, um novo paradigma da percepção do cérebro humano. Entramos então na New Age. Temos depois os movimentos intelectuais do Potencial Humano e do Factor Psy com cursos e estágios para os vocacionados do empreendedorismo e com o fim da descoberta das potencialidades mentais inexploradas (os «novos estaleiros da acção»), as técnicas espirituais de Expansão da Consciência para as quais a solidão é um alfobre de criatividade, muitas teorias/crenças sobre a Energia psy (psicofisiológica), e Energia Cósmica, meritocracia e geniocracia, etc. «Descubra a ferramenta que tem em si-mesmo», «Liberte o poder da sua imaginação», «Consiga a sua vida», «Pense positivamente», «Só há uma coisa de que devemos ter medo: o medo».

CRISE E A CRENÇA



TER FÉ

AGARRA-TE À TUA VOCAÇÃO

«Ter fé» nas suas capacidades individuais passou a ser uma panaceia em certos meios sociais. No passado, isso era apanágio dos religiosos. Para uma cura, um êxito económico, «ter fé» na ajuda de Deus era a condição dos resultados. Os milagres de curas difíceis (que o senso comum considera impossíveis) existem – aliás, como as curas médicas através dos placebos. A fé nos resultados é meio caminho para o êxito enquanto o esforço direccionado (entre os quais, na saúde, se inscrevem as terapias apropriadas) é a outra metade do caminho. O próprio Jesus Cristo dizia «A tua fé te curou» (não foi o curador que curou). Dizia um ditado popular: «Ajuda-te que Deus te ajudará», esforça-te, descobre o caminho...

O êxito económico, a resolução duma crise, etc., podem depender de crenças. Os fundadores da Reforma Protestante (que deu origem ao capitalismo) acentuavam um versículo bíblico (que já estava na base do empreendedorismo judaico) que diz: «Agarra-te à tua vocação, ocupa-te bem dela e envelhece na tua profissão; confia no Senhor e agarra-te à tua vocação, pois é fácil aos olhos do Senhor enriquecer um pobre, num instante» (Livro do Eclesiástico, 11:20-21), pressupondo os crentes que Deus previu uma vocação específica para cada indivíduo. Descoberta a vocação, tratar-se-á de prossegui-la pelo esforço. Hoje, muitos grupos religiosos (sobretudo cristãos evangélicos e budistas) orientam os seus fiéis para a prosperidade económica. A religião cristã e as filosofias orientais (budismo zen, confucionismo...) passam cada vez mais a ser concebidas para finalidades de saúde e de prosperidade económica, êxito familiar... a tal «fé que move montanhas». Os modernos grupos evangélicos até descobrem nos Evangelhos pérolas «empreendedoristas» como esta: «(Jesus disse:) O que crê em mim também fará as maravilhas que eu faço, e até fará ainda maiores» (Evangelho de João, 14:12).

A ideia de que cada um, individualmente, pode mudar a sua vida e personalidade, inclusivamente ter êxito profissional, é um efeito da modernidade. Até há pouco entendia-se que as pessoas estavam condicionadas pela sua classe social de origem, linhagem familiar, meio geográfico, vontades divinas, etc. Todos faziam como «todos diziam que se deve fazer». Com o individualismo sociológico aparecem estas modernas possibilidades, ou utopias, de transformação pessoal. O indivíduo é a única fonte de toda a criatividade e inovação, necessitando depois de trabalhar «em rede» com outros criadores e executivos mas, também eles, imbuídos desta cultura individualizante. Liberto dos métodos curriqueiros, do senso gregário, dos laços comunitários e da obrigação de reprodução homogeneizante, o indivíduo com vontade de mudar, explorará no seu cérebro emancipado as suas potencialidades/crenças. Dizem alguns especialistas que as pessoas, normalmente, apenas se servem de 10 % do seu cérebro, estando os outros 90 % virgens ou por explorar.

Estas tendências são independentes da etnia, do sexo e, em certa medida, da idade, mas estão muito condicionadas pela cultura; os meios islâmicos, por exemplo, são adversários destas tendências modernas que consideram heréticas porque tudo está previamente estabelecido no Corão. Pressupõem também a aprendizagem, desde a infância, da disciplina e do prazer do trabalho, o incentivo à liberdade de pensamento e de criação. Sem esses pressupostos não haverá inovação, nem vontade de mudança, mas unicamente desejo de imitação ou de cópia, de «viver à custa», parasitariamente. E, assim, não se sairá das crises. ■

REFLEXÃO COLECTIVA SOBRE A CRISE E A FÉ: MOMENTO DE GENUÍNO ENRIQUECIMENTO MÚTUO



Tudo concorreu para que se tivesse vivido um excelente e muito rico momento de comum enriquecimento sobre o que pensam os nossos conterrâneos sobre a crise e a fé.

16 pessoas em volta de uma mesa, reunidas a convite da VIVER, num local propício à quietude inspiradora de serenitas e espontâneas reflexões sobre a CRISE e a Fé, proporcionaram-se mutuamente, num raro momento de autenticidade de opiniões, ali claramente expressas, sem calculismos nem temores de espécie alguma, puro exercício de pensadores livres a honrar e a reafirmar, com as suas participações, o valor da liberdade democrática.

Obrigado por terem aceite o nosso convite, obrigado pela demonstração que nos deram das exemplares competências e capacidades dos recursos humanos da BIS.

Da nossa parte, tudo faremos para que este momento se repita, neste ou em outros locais a descobrir através da BIS, sobre outros temas, combinando a qualidade das paisagens e do acolhimento com o prazer da descoberta e promoção de novas ofertas para, como dizem, fazer turismo cá dentro.

Aos abaixo mencionados reiteramos os nossos sinceros agradecimentos e reafirmamos a nossa total disponibilidade para lhes dar vez e espaço para, sempre que o entenderem, expressar as suas opiniões nas nossas páginas.

- António Moitinho, Escola Superior Agrária de Castelo Branco
- Armindo Jacinto, Naturtejo E.I.M, Castelo Branco
- Lopes Marcelo
- Alfredo da Silva, ACICB, Castelo Branco
- Joaquim Soares, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova
- José Carlos
- Padre Martinho
- António de Abrunhosa, AFLOBEI/APT, Castelo Branco
- Dias de Carvalho, APPACDM, Castelo Branco
- João Ludgero, Quinta dos Trevos, Ladoeiro
- Nuno Lucas, AEPEN/Lar D. Bárbara Tavares da Silva, Penamacor
- Ana Fontainhas, CMCD Idanha-a-Nova
- Paula Teixeira, AFAF, Castelo Branco
- João Fernandes Antunes, NERCAB, Castelo Branco/Cooperativa de Queijos da Beira Baixa, Idanha-a-Nova
- Paulo Águas, APPIZÊZERE, Fundão



Alfredo da Silva

António Moitinho

Camilo Mortágua

Paulo Águas

DEBATE

“A CRISE E A FÉ” – O QUE SE DISSE

“Se calhar, crises há muitas e fés também”.

“A crise anda connosco. Levantamo-nos com ela e deitamo-nos com ela. Aquela expressão muito utilizada do ‘não há crise’ deixou de fazer sentido, pois quando a ouvimos somos tentados imediatamente a responder: ‘Como? Não há crise????’”.

“Fiquei surpreendido com o tema, porque discutir as crises é uma coisa; agora relacionar crise com fé não é um exercício imediato e exige alguma reflexão sobre o assunto. No que se refere ao pensar tudo é possível e aceitei o desafio. Porque não?”.

“A crise tem tendência a ser imediatamente abordada como uma coisa triste e acabrunhada, mas eu deixo aqui a ideia de que ainda bem que há crise. Estas e todas as outras. A crise é o motor da mudança, do progresso e da civilização. E esta crise só foi tardia”.

“A crise não é neutra e tem reflexos sociais. Mas será que tem também condicionantes de carácter filosófico, a nível ontológico, a nível do ser, que caracterizam a fé? No meu entendimento, parecem-me coisas muito distintas, pouco passíveis de serem relacionadas, embora em termos históricos existam paralelismos entre as duas”.

“O tema da fé sempre foi caro na nossa Região. Falando do concelho que represento, Idanha-a-Nova, posso avançar que já existiram 11 misericórdias somente neste concelho. Neste momento, existem 9, o que continua a demonstrar toda a tradição da fé das nossas gentes”.

“A disseminação da fé na BIS é ainda muito assegurada pelas tradições religiosas da Semana Santa, da Páscoa. São como um testemunho que é passado

ao longo das gerações e que vai perpetuando estas tradições, principalmente na zona raiana. Estas festas acabam por ajudar no desenvolvimento local das freguesias onde se realizam e acabam por combater a crise. Além de que permitem uma grande preservação e divulgação do património cultural dos nossos territórios, possibilitando também o desenvolvimento da área do turismo”.

“A crise é sempre uma etapa de crescimento. Há a crise da infância, a crise da adolescência. É sempre o final de uma etapa que antecede outra com evolução. Esta evolução, para melhor, claro, tem sempre uma zona intermédia de crise. Em todos os campos se assiste a isto. No campo da economia, e a história tem-nos mostrado isso, vamos posteriormente passar por uma etapa melhor, quando a etapa de crise for ultrapassada”.

“A fé é boa para o homem real e pode ser uma oportunidade em tempos de crise. A crise é um tempo em que o homem não consegue dar resposta a algum tipo de situação e então ele recorre aonde ele acha que pode vir essa resposta. E aqui entra a auto-regulação. Eu acredito que Deus existe e que Ele quer o bem do Homem. Se a crise for necessária para que o homem corrija os seus erros, então ela só pode ser vista como uma etapa de crescimento”.

“Etimologicamente, crise provém do grego que significa julgamento, juízo. Portanto, posso definir a crise como sendo o juízo que o homem faz, em dado momento da sua vida, de caminhos trilhados, é um julgamento que o homem faz de decisões e opções tomadas”.

“Não há crescimento sem crise, em lado nenhum. A crise existe porque questiona. Todos nós temos um ideal de felicidade e a crise vem mostrar os caminhos errados que tomámos e ajuda-nos a repensar a vida e a tomar novos caminhos que nos guiarão à felicidade. A crise vem muitas vezes dizer-nos que “se calhar trilhei o caminho que não me levou aonde eu queria” e leva o homem a formular novas buscas, novas procuras”.

“A maior descoberta do homem é saber que ele é Homem, enquanto ser frágil, incapaz e limitado que é. O pior erro dos homens é pensarem que são Deus. Quando o Homem descobre e assume sem traumas e sem complexos a sua condição humana, começa a superar-se a todos os níveis e dá um passo de gigante para a sua realização enquanto pessoa. Não há superação da crise enquanto não aceitar a sua condição de pessoa”.

“Penso que este encontro, além de um espaço de debate, está a ser um espaço de desabafo, que é fundamental para dizermos o que nos vai na alma e aliviar toda a negatividade que assola a época em que vivemos”.

“Eu defendo o conceito de destruição criativa nas crises, popularizado por Schumpeter. Este é um lado muito economicista, ao nível da eficácia, que diz que as crises resolvem, remodelam, renovam... No entanto, não podemos esquecer o lado pessoal e da eficácia social da crise. Os que são destruídos vivem momentos que jamais esquecerão”.

“Existem duas crises. Uma crise mundial, que afecta o nosso país de uma maneira nunca antes vista, e que acredito que possa vir a ter consequências políticas pesadas e, provavelmente, militares. Mas, depois, temos também a nossa crise nacional, que já vem de trás. Temos um traquejo de crises, que podemos dar lições a qualquer um. A nossa crise é estrutural e quando a mundial passar, a nossa vai manter-se. Há milhares de desempregados a vir para a rua todos os dias que nunca mais recuperarão emprego. A nossa crise é gravíssima e está para durar, porque no passado sempre tivemos uns ouros do Brasil para a crise seguinte e agora não temos. Esgotámos as reservas. E o pior é que, com a crise mundial, os nossos jovens já nem podem contar com a válvula da emigração”.

“A fé é fundamental, porque esta crise mundial também é uma crise de valores que estão ligados à fé e à religião”.



António de Abruñosa

Paula Teixeira

Ana Fontainhas

“O Departamento do Trabalho do governo americano calcula que as pessoas que estão hoje a entrar no mercado de trabalho terão, até aos 38 anos, 14 empregos. A história de um emprego estável para a vida acabou, até no Japão. Os nossos filhos vão ter uma situação social completamente diferente da nossa”.

“A crise é também de valores, porque o gatilho desta crise financeira disparou com a alteração radical da mentalidade do que é uma vida normal. Temos de repensar o que é o conceito de felicidade e de razoabilidade para viver uma vida normal, sob pena de nos arriscarmos a outras crises deste tipo”.

“O tecido empresarial de Castelo Branco, embora em crescendo nos últimos 15 anos, é muito frágil e ninguém sabe muito bem quais serão as consequências da crise neste campo”.

“Ao longo da história do nosso país, de crises quase permanentes, a emigração foi sempre a solução “mais à mão” para evitar o pior e ultrapassar as dificuldades financeiras. E, ainda hoje, as oportunidades de emigração continuam a existir, mas os portugueses desenvolveram uma maior resistência a emigrar. Porquê? Porque ainda não chegámos à situação-limite de outros tempos”.

“Há uma outra questão ligada à coesão do desenvolvimento territorial, que esta crise vai ajudar a reflectir. Até que ponto um pólo industrial altamente evoluído, desligado do seu território circundante, pode ou não resistir mais facilmente à crise? A questão da coesão entre rural e urbano, de que nenhuma cidade pode singrar desgarhada do seu contexto territorial tem muito que ver com a crise e com a fé”.

“A crise que se vive hoje não é uma crise de crescimento, mas sim uma crise tóxica da sociedade, porque dopou o mundo financeiro. Tal como se dopam os atletas para darem mais de si do que as suas reais capacidades. A dopagem da parte gestora levou ao descalabro do mundo financeiro. Agora, a sociedade tem de se

libertar de todos estes produtos tóxicos e não sabe como. Ainda não encontrou o caminho”.

“A fé pode ser uma fonte de forças que a pessoa vai buscar para conseguir vencer a crise. Dessa forma, ela é positiva e motivadora. Contudo, se a fé apenas for considerada como consolo amenizador de mágoas, não constitui uma força motora e acaba por ser prejudicial para a evolução”.

“A crise pode vir ajudar a repensar a globalização, que tem vindo a trazer muita retracção ao desenvolvimento local. Ela pode ser uma realidade vantajosa e uma oportunidade para alavancarmos o desenvolvimento local”.

“Todos nós reivindicamos direitos e um dos mais usados é o direito ao consumo. No fundo, todos temos direito ao consumo, mas, neste território, muito poucos têm direito de acesso ao mercado. Quem compra para vender no nosso território, não compra no nosso território. Este é um direito que nos é negado pelas grandes centrais de compras que estão situadas nos grandes pólos urbanos”.

“O mundo é perfeito, a crise é a correcção das mordomias das sociedades. As pessoas vivem acima das suas possibilidades. E já o ditado dizia: ‘Quem ganha 9 e gasta 10, enrola a cabeça com os pés’. Os ideais de poupança de antigamente perderam-se completamente. Hoje, as pessoas fazem empréstimos atrás de empréstimos e endividam-se até ao pescoço. Tem de haver uma correcção do mercado, e os mercados já deram o sinal, através da crise”.

“Quando há pessoas que ainda rejeitam certos postos de trabalho, é sinal de que a crise ainda não bateu no fundo. Esta é a razão pela qual vivemos numa sociedade de subsídio-dependentes”.

“Há coisas que não se entendem. A nossa Região está cheia de recursos, principalmente naturais, e ninguém faz nada. É preciso despertar esta gente”.

“A fé pode ser vista como o ópio que o povo necessita para ter coragem de desafiar o mundo, sempre numa perspectiva de criar novas oportunidades”.

“Em tempos de crise, nota-se o maior socorro das instituições de solidariedade social. São estas instituições que vão valendo às pessoas. E, em muitos casos, elas são o maior empregador da BIS”.

“Não estamos habituados a prescindir do imediato em benefício próprio a longo prazo”.

“Eu vejo a crise como um teste à nossa inteligência. Todos nós nos consideramos muito inteligentes, mas quando surge a crise e temos verdadeiramente de mostrar a nossa inteligência enquanto seres racionais, ficamos um bocado à nora”.

“Penso que, em situações de crise, mais importante do que ter fé no divino, é essencial ter fé em nós próprios e não apenas nos outros”.

“A ideia de que o mercado resolve tudo foi o principal impulsor da crise mundial”.

“Toda a gente diz que a crise tem de ser resolvida com a pequena dimensão empresarial. Mas, na nossa Região, onde nós temos a grande maioria das empresas a vender no mercado local ou regional, muito menos a atingir o mercado nacional, estes grupos empresariais vão vender a quem? É que, quer queiramos quer não, nós somos conduzidos para colocar tudo aquilo que consumimos apenas em meia dúzia de grandes centrais de compras. Este é o nosso calcanhar de Aquiles para que retomemos o desenvolvimento económico”.

“O problema não está apenas em que a pequena empresa nasça no mercado local. O problema é outro de muito maior dimensão: o contexto local é que anima o empresário a ser empresário. Se a pequena empresa nasce porque há um contexto local, esse próprio contexto vai incentivar maior produção local”.



Armindo Jacinto

Nuno Lucas

João Ludgero

Dias de Carvalho

“Chamaram-me atrasado, quando eu questionei como era possível que o Banco de Portugal autorizasse a banca a fazer campanhas publicitárias para dar crédito às pessoas até aos 80 anos. Antigamente, os pais gostavam de deixar alguma coisa aos filhos, agora deixam dívidas?”

“O mundo mudou. E esta sociedade assente no consumo também vai mudar. O Homem vai voltar-se para dentro de si, para o seu interior, e procurar locais de reflexão e aqui as capelas e as igrejas vão ganhar um novo fulgor”.

“A fé, seja ela qual for, reforça a humanidade dos homens. Os homens tornam-se melhores, mais humanos, quando têm fé”.

“Em tempos de crise, o ser humano começa a buscar as necessidades mais básicas: comer, manter-se vivo e, eventualmente, a fé também entrará aqui. Nós estamos a regredir no mundo rural para uma situação em que as pessoas não estão preocupadas com o investimento, não estão preocupadas em tornar a sua vida melhor, mais aprazível, mas estão apenas preocupadas em sobreviver. E, quando se diz que hoje se migra com mais dificuldade, eu direi que apenas assim é até as necessidades básicas o ditarem. A partir do momento em que nós já não conseguirmos dar resposta às necessidades mais básicas, vamos ter novamente um surto de emigração”.

“Dentro do espaço comunitário, o nosso país, assim como a Polónia e tantos outros, são vistos como consumidores e não como produtores”.

“Quando as necessidades básicas deixam de ser satisfeitas, o ser humano começa a falhar em termos de fé e de princípios morais pelos quais sempre se guiou. As pessoas entram na fase da sobrevivência”.

“Eu não me imagino a viver numa zona rural, sem ter uma cidade-âncora por perto. Eu não quero ser um bicho em que, periodicamente, vem uma excursão de Lisboa ver como vive o rural: “olha

aquilo é um rural... e tem filhos e tudo...”. Ou seja, eu quero viver num mundo rural, mas ter e garantir aos meus filhos as mesmas oportunidades de educação, saúde, cultura – que já estão fora da base da pirâmide das necessidades primárias – que qualquer metrópole garante”.

“Nós podemos ter alta tecnologia em casa, bom cinema, bons carros, mas, se à nossa mesa faltar a comida, não conseguimos desfrutar do bem-estar que nos vem dessas necessidades secundárias e que nos são impingidas diariamente”.

“A mentalidade do “tudo o que é vem de fora é melhor do que aquilo que produzimos” tem de mudar e com mais rapidez. Devíamos pôr os olhos no que o café Delta conseguiu fazer pelo Alentejo. Aqui na BIS, devíamos fomentar a aquisição de produtos que usamos no nosso quotidiano que possam criar riqueza não só na BIS, mas em regiões desfavorecidas como a nossa”.

“O nosso problema é que, na maior parte das vezes, vamos procurar as soluções e comprar muito longe da nossa Região, mesmo quando a nossa Região tem condições para ultrapassar de forma mais rápida essas situações. E a riqueza, que poderia ficar cá retida, perde-se para os outros”.

“A pior das crises é a falta de hábito de pensar”.

“Não consigo perceber como é que as empresas que andam a acumular capital e património há 20 ou 30 anos, ao primeiro exercício em que têm resultados negativos, iniciam logo processos de despedimento”.

“Lanço o desafio à Revista VIVER, que já é uma rede de colaboradores e de projectos, para que, de forma mais organizada, concretize fóruns deste género, para que nasça e se consolide a discussão em rede”.

“Temos de conseguir consolidar uma certa dimensão territorial que tenha massa crítica e que tenha voz. Nesse sentido, a

coesão do território tem de partir da valorização comum da nossa terra, das suas origens, do seu património, da sua economia e da sua identidade cultural”.

“Agora assiste-se muito a um regresso às origens. As pessoas aposentadas, por falta de segurança das cidades, pela solidão e para maior ocupação dos tempos livres voltam para as suas aldeias. E acho que se deviam aproveitar os conhecimentos e experiência de vida destas pessoas para desenvolver projectos. Nas sociedades milenares, como por exemplo, na China, valoriza-se muito os idosos. Infelizmente, em Portugal, nestes últimos anos, considera-se que os jovens é que são espertos e que os velhotes não valem nada. Nada mais errado. Toda a experiência e conhecimentos adquiridos pelos mais velhos deveriam ser aproveitados pelos mais novos, a fim de se evitar erros já cometidos no passado”.

“Penso que há um novo paradigma que aproxima o Homem da Natureza. Depois de tanto tempo afastado das suas origens, o Homem volta-se novamente para a Natureza. Por isso mesmo, não acredito no futuro do turismo massificado. Com esta transformação mundial, o Homem fica mais introspectivo e procura um turismo mais recatado, mas apostado numa qualidade diferenciada. E esta será uma grande oportunidade de desenvolvimento para a BIS”.

“Acho que Portugal não se deve fechar. Vivemos num mundo globalizado e apostar agora num proteccionismo do país não é forma de resolver o problema”.

“Basta percorrermos o nosso território e encontramos as propriedades desertas, abandonadas e as construções a cair. Acredito que a agricultura será cada vez mais um conjunto de actividades complementares, ligadas à energia, ao turismo, à floresta e a alguma agricultura também. Terá de ser mais diversificada e, para ter alguma dimensão, temos de aprender a trabalhar de forma colectiva, que é o grande problema da BIS”.



Padre
Martinho Mendonça

Joaquim Soares

Lopes Marcelo

João Fernandes Antunes

“Nós estamos no tempo das formigas e tudo depende da nossa capacidade de organizar os formigueiros. Há muita gente por aí deitando democracia pela boca fora e, afinal, não toleram que os outros pensem de maneira diferente”.

“O que fazer para ultrapassar a crise? A nível mundial, criar uma ruptura com os sistemas financeiro, de produção e de distribuição que acabam por sufocar o desenvolvimento local. Estas rupturas só se fazem estimulando os valores da verdade, da solidariedade e da humildade dos gestores do mundo financeiro que, até agora, apenas se têm preocupado com os prémios que recebem e não com o desenvolvimento”.

“É fundamental o regresso à produção nacional, mais propriamente à produção local. Qualquer dia, queremos comer e não podemos, porque não há quem nos empreste dinheiro”.

“Só há uma maneira de atacar as grandes centrais de compras: é constituir centrais de vendas locais”.

“Com o decorrer desta crise, não tenho dúvidas que o regresso aos campos vai mesmo acontecer. Bendita crise!”

“Para combater os monopólios e os oligopólios, nada melhor do que fazer parcerias. Mas que funcionem”.

“Parcerias sempre e quando cada parceiro não vá para a parceria com o pensamento do que é que a parceria lhe pode dar. A isto é comum chamar-se parcerias, mas não são verdadeiras parcerias”.

“A fé surge, muitas vezes, como o último recurso à insuficiência humana”.

“Diz a Bíblia, em certa parte, que a razão de todo o mal é o dinheiro. E, até agora, o Homem não arranja outra solução para ultrapassar a crise que não seja encontrar formas de arranjar mais dinheiro. O conceito de felicidade do Homem está muito limitado”.

“Desde meados do século XX, que andamos a correr atrás de coisas que não precisamos”.

“Não há, na nossa Região, empregos que sejam atractivos ou que sejam aquilo que ambicionamos para os nossos filhos. Isto é trágico”.

“Passei 20 anos a tentar reforçar a sociedade civil desta Região, a tentar com que percebessem que é o tecido empresarial privado que pode alavancar o desenvolvimento da BIS. Se olharem para os jornais regionais, cerca de 80 por cento das notícias são camarárias. Não há praticamente actividade privada relevante na nossa Região. Ou melhor, até há. Mas a que existe não é notícia, não tem relevância na sociedade. A sociedade civil de Castelo Branco é das sociedades mais fracas a nível nacional que conheço. E não é por acaso que as consequências são o que são”.

“Nós passamos a vida a contar anedotas de alentejanos, mas é o riso da hiena. Os alentejanos é que se fartam de rir à grande de todo o país. Os alentejanos comeram tudo o que havia para comer de apoios públicos a nível nacional, de apoios europeus que vieram e conseguiram criar uma sociedade onde se vive bem, têm imagens nacionais e cada vez mais internacionais afirmadas, e têm marcas bem definidas no mercado”.

“A fé é muito útil, mas os portugueses perderam grande parte da fé nas instituições e na política. A política está de tal forma fechada hoje, que não deixa margem para a participação do cidadão”.

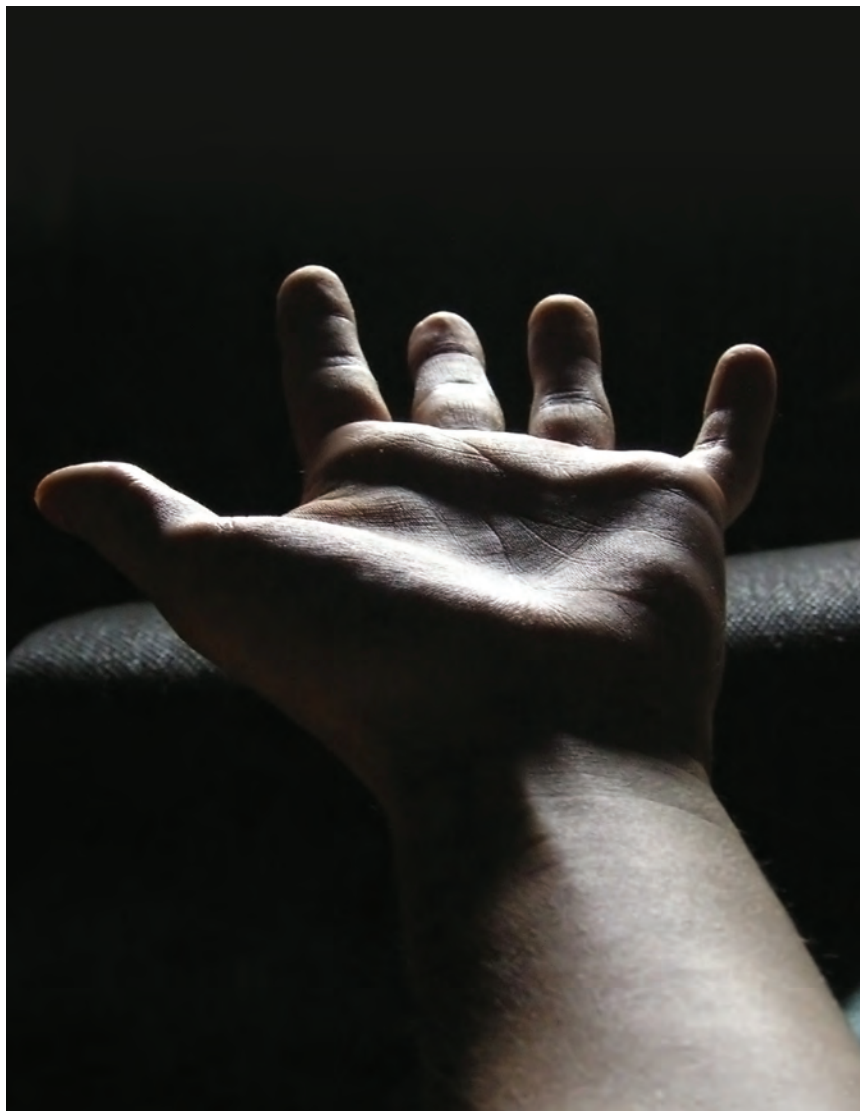
“Eu temo apenas uma coisa: todos tentam resolver a crise a partir da dimensão económica, quando foi por causa disso mesmo que ela surgiu. Houve uma falência dos sistemas. É claro que a tentação é procurar respostas reinventando os mesmos modelos económicos e financeiros. Mas há uma dimensão à qual não podemos escapar que é a dimensão antropológica. O que é o Homem, para que vive? A resposta a estas perguntas vai influenciar grandemente as decisões e os caminhos a tomar”.

“Eu vejo a crise segundo duas perspectivas: por um lado, constitui uma oportunidade para que o Homem repense os caminhos, critérios e valores pelos quais se deve orientar na vida e, por outro lado, é também um desafio para a missão dos homens da fé e da religião na ajuda das pessoas mais debilitadas financeiramente pela crise económica e na ajuda de pessoas assoladas por outro tipo de crise mais preocupante ainda: a crise na dimensão humana e familiar e nas dificuldades de relação. Este atendimento, este escutar e apontar caminhos é uma palavra de vida que pode salvar e que constitui uma grande missão na minha vida”.

“O Homem hoje vive profundamente ferido. Com dificuldades, sofrimentos, angústias, medos... E a palavra dos homens de fé pode abrir caminho e expectativas de esperança, pelo que a pessoa que a ouve sai salva, porque percebeu que o importante é recentrar a sua vida e que a felicidade não lhe vem dos bens que tem, mas do encarar a sua vida como uma oportunidade de conversão, de crescimento, de partilha, de comunhão, valores, estes sim, essenciais para a felicidade. Porque quando o Homem pergunta por aí - “quem és tu e para que vives?” - ninguém lhe dá a resposta, porque o Homem não a tem”.

“Um dos papéis novos que a Igreja poderia assumir era ter a missão de falar com os decisores, o de conversar com aqueles que mandam”.

“Andam para aí a dizer que nós, portugueses, somos deficitários moralmente, porque gostamos de fugir aos impostos. O problema é: como é que paga impostos ou pode ter fé nas instituições alguém que vê ladrões à frente das instituições? Atenção, que não falo de nenhuma corrente ou política em especial. Só que eu penso que o país devia ser visto como uma família, em maior escala. Se o pai é um desgovernado, o que aprenderão os filhos com ele?” ■



A CRISE É MAIS DE VALORES QUE ECONÓMICA

João Ludgero

Quando recebi o ofício da revista “Viver”, fazendo-me o convite para estar presente no debate “A crise e a Fé”, pensei inicialmente, confesso, em não participar; não entendia como seria possível procurar uma solução para uma crise económica de raízes puramente materialistas e simultaneamente reflectir sobre o transcendente.

A fé religiosa é um dos pilares fulcrais da espiritualidade, independentemente do percurso, religião, filosofia, ou busca adoptada pelo indivíduo. É uma área da vida que necessita de condições específicas e de atmosferas particularmente exigentes para conseguir ultrapassar a forma doutrinal ou filosófica e passar a alimentar e a alimentar-se de um conhecimento e de uma sensibilidade mais profunda.

Por outro lado, é indiscutível que quando se tem uma certeza, seja religiosa, filosófica ou até política essa certeza torna-se incontornável, absoluta e o indivíduo em causa passa a orientar a sua vida e o seu quotidiano em todos os seus aspectos em função dessa verdade, e não em apenas vivê-la num acto esporádico ou num ritual pontual.

Quero dizer com isto que não basta ir à Missa ao domingo, ou ir em peregrinação pelo menos uma vez na vida a Meca, se for muçulmano, ou passar o rosário entre o polegar e o indicador ou fazer rodar o moinho das orações se formos Budistas. Isto, acreditem, é muito pouco.

Ganhdi dizia que “o amor pela Verdade fez-me descobrir a beleza de estar comprometido”.

Dito por outras palavras: Quem tem um ideal ou uma Fé inabalável, luta por isso, identifica-se e vive para isso, sem medos, de uma forma integral, e esta entrega é válida para o religioso ou para o revolucionário. Um tem fé numa força superior ou numa ordem cósmica, o outro num ideal político, eventualmente na humanidade, por vezes na natureza, como é o caso actual dos activistas do Greenpeace.

É indiscutível que “a Fé move montanhas” como diz a Bíblia, é que Ela surge quando existe esperança, confiança, entusiasmo ou quando o indivíduo está apaixonado, por uma pessoa ou por um projecto.

Ou seja, quando animicamente queremos construir, ligar, criar laços com os outros, com o cosmos ou com a Divindade.

Apesar de nós portugueses termos sido educados e afirmarmos ser monoteístas, são múltiplos os sujeitos da nossa Fé, múltiplos os alvos das nossas devoções.

O nosso universo católico está povoado de santos, santas, beatos, anjos e arcanjos.

Penso que todas as tradições porém, independentemente da diferença dos dogmas, reconhecem o Mundo, o planeta Terra, o homem e o universo racionalmente conhecido como a grande obra desse fantástico arquitecto da Vida, ou Energia Criadora que identificamos como Deus.

É por esse facto, por essa noção muito forte de que o Universo é um todo, de que o Homem nas tribos da Amazónia, ou nos confins da China mais remota, tem tanto valor humano e espiritual como o homem civilizado europeu passeando nos boulevards parisienses.

É pela certeza de que apesar do homem se encontrar no vértice superior do triângulo formado pela totalidade dos seres vivos que habitam este planeta, esse facto não lhe transmite nenhum poder específico, ou o direito a manipular a flora, a fauna, os recursos naturais, os recursos humanos em proveito próprio ou do seu grupo.

Sendo assim pergunto:

– Crise, qual crise?

– Ah! ... sim é verdade, falo dela constantemente, os meus ateliers notaram-na, foi realmente necessário reduzir despesas e colaboradores, reutilizar materiais, reciclar objectos.

– Mas que crise é esta?

No tempo das nossas vacas gordas, as organizações que trabalham pelos Direitos Humanos, falavam-nos de 40.000 crianças a morrerem diariamente de fome, de países devastados pelo vírus da Sida, povos explorados por poderes ditatoriais na América do Sul, o roubo e a corrupção instituída nos países africanos.

As crianças de ventre dilatado pela subnutrição estão longe e chegam-nos cada vez menos pela televisão.

A brutalidade da guerra, o drama dos refugiados está longe da nossa Europa.

Então que crise é a nossa?

Penso que ela se instalou quando constatámos que afinal não éramos tão ricos assim.

Essa constatação criou o pânico, o verniz estalou, a civilização tremeu e a elegância perdeu-se.

Em tempos de crise, salve-se quem puder, é necessário acordar por escrito, pois a palavra perdeu valor; “pagar e morrer quanto mais tarde melhor”, por isso os meus clientes pagam-me tarde, eu pago tarde aos meus fornecedores e assim num ciclo vicioso.

A crise é mais de valores do que económica.

Uma visão espiritual da vida poderá sim, no meu ponto de vista, colmatar os vazios deixados por essas ausências de valor.

Uma atitude espiritual séria, minimamente cultivada, levará sempre o indivíduo a mais cedo ou mais tarde tomar consciência de que o mundo, o Planeta Terra, é um organismo vivo, que o bem estar de um dos seus muitos grupos, dependerá sempre do equilíbrio dos outros.

Interrogava-me eu, mas o que é que um grupo de empresários vai dizer sobre a espiritualidade? Provavelmente nada!..

Enganei-me literalmente, não só foi possível ver mais claro as teias, as engenharias e alguns dos erros e absurdos da economia e dos lobbys e políticas que as dominam, mas também que os presentes não eram meros empresários atormentados pelos fantasmas económicos, pelo insustentável monstro da crise, apresentando discursos repletos de percentagens, números, spreads, mas que sim sabiam discernir claramente sobre a Fé e o transcendente e que conheciam perfeitamente os limites válidos de cada território.

Foi uma excelente mesa redonda.

Parabéns revista “Viver”. ■





A CRISE E A FÉ: OUVINDO O BISPO DE PORTALEGRE E CASTELO BRANCO

AS VIDAS E VEREDAS DA RAIA E DA BIS... ILUMINAM-SE COM O PENSAMENTO CLARO E FRATERNAL DO HOMEM QUE É NOSSO BISPO

Por uma feliz coincidência, D. Antonino Eugénio Fernandes Dias, Bispo de Portalegre e Castelo Branco, recebeu-nos ao cimo daquela escadaria carregada de história e austeridade que leva ao seu gabinete situado no paço episcopal, lá no cimo da altaneira cidade de Portalegre, bem juntinho à Sé, no mesmo dia em que começava a circular a primeira grande entrevista pública, após a sua nomeação para esta diocese.

Também nós íamos motivados pela expectativa de descobrir o homem que a Igreja tinha designado para “pastorear as almas” que nos habitam, cá por estas terras raianas e beirãs.

Depois da breve conversa com que nos sensibilizou, e da leitura que fizemos das suas declarações para a Rádio Portalegre, publicadas no Jornal *Distrito de Portalegre* do passado dia 19 de Março (que aqui respigaremos com os devidos agradecimentos), ficámos com a convicção de ter encontrado um solidário homem de fé, um dedicado e atento “pastor”, um bem informado e competente gestor do enorme património da sua diocese, em suma, uma daquelas pessoas capaz de nos renovar a esperança em melhores futuros para os homens e a fé nas nossas devoções, sejam elas quais forem!

Bem-haja D. Antonino por nos ter aquecido a Alma com o calor da sua compreensão e amor que nutre pelos que por estas terras se sentem ameaçados pela falta de condições para poder ganhar o sustento próprio e de suas famílias.

Também nós ali fomos para ouvir o pensamento dum alto dignitário da Igreja católica, sobre as possíveis inter-relações e interdependências entre a Crise Global e a Fé.

Confrontámos o Senhor Bispo com afirmações que, nesse mesmo dia, tínhamos escutado a pessoas com quem nos cruzámos numa farmácia de Castelo Branco.

*A maior pobreza
não é a miséria dos pobres.*

*É o egoísmo de alguns ricos, que bem
podem ser também alguns pobres em
bens. Essa é que é a maior pobreza.
Há gente que vive na ânsia do lucro
e coloca o dinheiro no centro de
tudo. A pessoa não conta. Essa é a
maior pobreza da Sociedade actual:
o egoísmo.*

D. Antonino Eugénio Fernandes Dias
[Bispo de Portalegre e Castelo Branco]

“Enquanto existirem homens a quererem ser Deuses, este mundo não deixará de ser um inferno. Enquanto os poderosos nos derem maus exemplos, nós, os pobres, vamos perdendo a fé”.

“Pois é – disse-nos –, há Homens que ambicionam ultrapassar a condição de “criaturas” que todos nós somos, para alcançar a posição de “criadores”. Esses, são falsos “deuses com pés de barro”, geradores de frustrações e de práticas que é preciso denunciar. Todas as pessoas devem lutar pelos seus direitos; a fé não manda submeter-se às injustiças. Também para isso deu Deus a voz aos Homens”.

Não foram necessárias largas horas para perceber a mensagem deste Homem, deste Bispo, deste estimulante espírito de apelo à fraternidade Humana. Já na rua, continuámos a ouvi-lo, através da leitura das suas declarações no citado jornal:

– Como é que o Senhor está a ver, ler, sentir e viver esta crise que afecta as pessoas?

Vejo-a com um certo pessimismo e uma certa esperança. É verdade que esta crise financeira, que começou nos Estados Unidos há cerca de dois anos, chegou agora até nós e veio pôr a nu a fragilidade das nossas estruturas. Manifestou fraquezas e realidades impensáveis, desde a corrupção à exclusão social e ao desemprego, com toda a série de consequências que isso arrasta. Esperamos, no entanto, que, desta crise, renasçam novas oportunidades e que as pessoas tenham criatividade e empreendedorismo capaz de, sem se angustiare, se libertarem desta situação.

– Tem denunciado as situações que considera más?

Ainda há dias estive aqui o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas. Eles não ignoram com certeza a situação. Mas dei-lhe conta dum certo abandono por este Interior e por aquilo que este Interior é capaz de fazer. Aquilo que dá resultado não se promove. Não se desenvolve. Não se faz força para que cresça. Até lhe apresentei o exemplo de Idanha-a-Nova. Ali houve um investimento enorme para um projecto de regadio. Mas as culturas que lá se dão foram-se. A do tabaco foi embora. A do tomate desapareceu. A do dióspiro morreu. Agora estão a apostar na cana do açúcar, mas é grande a preocupação. Prometeram-lhes uma fábrica, mas existe o receio de que não venha. Como vai ser a transformação e escoamento do produto? E que fazer do investimento nos canais do regadio? Aquilo que dá, que poderia desenvolver a população, que poderia fixar as pessoas à terra, isso abandona-se em nome das políticas que nos chegam da Europa. Bonecos que nós somos! E só.

– Essa vai ser uma preocupação do senhor Bispo quando vir um governante?

Tenho que denunciar em nome do povo que sirvo e amo. Também disse ao Senhor Secretário de Estado que os Sindicatos podem ser incómodos naquilo que dizem, mas

são quem melhor conhece o terreno. São os Sindicatos quem melhor conhece a realidade e denunciam os focos de incêndio onde é preciso deitar água. A Igreja também não está alheia. Como ninguém, também os Senhores Padres sabem o que por aí vai. Conhecem as pessoas, as fragilidades e debilidades de cada situação. Estão perto das populações e sofrem com elas.

– A sua voz ninguém a vai calar na defesa dos mais pobres e desfavorecidos?

Já disse que não. Quando for preciso e tiver oportunidade hei-de denunciar. Seria infiel à minha missão se o não fizesse. Veja: aqui deu-se cabo da agricultura. O tecido empresarial está em agonia. Aumentam os desempregados... De que é que esta gente vai viver? De quê? Isto é como tirar o sangue às pessoas! A culpa é da conjuntura? Não sei. Sei que morreu solteira!

– Mas acha que em tempo de crise as pessoas se voltam mais para o lado da fé, da crença?

Não sei bem ler esse fenómeno. É possível que sim, mas também é possível que não. É verdade que, às vezes, Deus escreve direito por linhas tortas. Por vezes é a própria doença que leva as pessoas à conversão. Não posso dizer que é a pobreza que converte as pessoas à fé. A pobreza forçada é má e a miséria é pior. E esta situação revolta e arrasta convulsões sociais e desespero.

Cristo aconselha a pobreza voluntária. Ser pobre por obrigação, por injustiça, por exploração, é contra a dignidade humana.

O ditado chinês diz: “não dês o peixe ao pobre, ensina-o a pescar”. Isto implica também dar-lhe a cana e garantir-lhe o direito de pescar. Não importa muito ensiná-lo e dar-lhe a cana se não se lhe dá o direito de pescar.

– É uma linguagem de esquerda...

Não é de esquerda. É uma linguagem evangélica. Se esta é uma linguagem de esquerda, então a esquerda está a anunciar valores evangélicos. É doutrina social da Igreja. Pena é que seja tão mal conhecida. A Igreja tem um manancial de doutrina social que é uma referência para todos aqueles que vivem e agem sem preconceitos.

– Quanto é que o Senhor Bispo ganha?

Olhe que nem lhe sei dizer bem. Sei que no fim de fazer os descontos para a alimentação e os impostos, me chegam à mão cerca de 360 euros.

– E o Senhor governa-se. Tem casa, carro, não fuma... bebe o seu cafezinho, de vez em quando. Portanto, esse dinheiro dá-lhe.

Sim. Também não crio grandes necessidades (sou um privilegiado). Há famílias que vivem com muito menos.

.../ O Dinheiro que a Diocese tem é dinheiro dos pobres. É partilha dos pobres e de quem, sendo materialmente rico, pensa nos outros, tem coração de pobre e é generoso na partilha. ■

A CRISE EM CONCRETO

Margarida Cristóvão



Nem tudo o que pode ser contado conta, e nem tudo o que conta pode ser contado”

[Albert Einstein]

Crise, palavra muito pronunciada nos últimos tempos. Ela é global, sistémica, conjuntural e estrutural, especulativa, civilizacional e, ainda, económica, financeira, moral... numa palavra: complexa. As suas consequências são imprevisíveis e difíceis de contabilizar tanto no plano económico, político, moral e, obviamente, territorial. Medir a crise na Beira Interior Sul, não será, por isso, pretensão deste artigo, antes identificar factores de risco que a Região apresenta ao nível da sua estrutura empresarial e emprego e que, no contexto da actual crise, se apresentam mais vulneráveis e expostos à crise.

Um dos dados a reter da análise à estrutura empresarial da Beira Interior Sul é, desde logo, o facto de Castelo Branco, surgir, de forma bastante destacada, como o centro polarizador do emprego e do tecido empresarial, concentrando cerca de quatro quintos dos estabelecimentos e do pessoal empregue da Beira Interior Sul. De acordo com

os dados dos Quadros de pessoal do Gabinete de Estratégia e Planeamento, o sector industrial era, em 2005, o principal empregador (28%) neste Concelho, com cerca de 3700 activos. Este peso, acentuado nos últimos 15-20 anos, com o forte crescimento da Zona Industrial de Castelo Branco, deve-se, em grande medida, à localização de um conjunto de indústrias intensivas em mão-de-obra ligadas ao sector metálico (componentes para automóveis, construções metálicas, produtos de serralharia), ao sub-sector do frio e à indústria têxtil e do calçado – concentram cerca de 60% da mão-de-obra industrial. Também com um peso significativo em termos de canalização de activos surgia o comércio por grosso e a retalho (cerca de 3000 activos) e o sector da construção (cerca de 2000 activos).

Em relação aos restantes concelhos da BIS, o perfil da estrutura empresarial difere significativamente. Começando pelo de Idanha-a-Nova, em 2005, 40% dos activos e

das unidades empresariais, estavam directamente relacionados com o sector agrícola, seguiam-se as actividades de alojamento e restauração, com cerca de 12% dos estabelecimentos e do pessoal ao serviço, e os serviços de saúde e acção social, com 9% de activos. A sua estrutura agrária, a importância da actividade turística, nomeadamente, a que está associada ao termalismo (Termas de Monfortinho) e o facto de ser um Concelho profundamente envelhecido e, por isso, muito dependente dos serviços de acção social (lares e centros de dia), são elementos territoriais que explicam o tipo de actividades aí dominantes e a sua estrutura de emprego.

Também nos concelhos de Penamacor e de Vila Velha de Ródão, igualmente muito envelhecidos, as actividades relacionadas com prestação de serviços de acção social e saúde surgem como importantes empregadores, 22% dos activos em Penamacor (o principal empregador do Concelho) e 12% em Vila Velha de Ródão. Outro sector importante no mercado de emprego destes concelhos é a indústria, em especial, em Vila Velha de Ródão, com 44% da mão-de-obra do Concelho. A presença da fábrica de pasta de papel explica este peso do sector em Vila Velha de Ródão, empregando, em 2005, cerca de 200 trabalhadores (menos 93 que em 2000). Em Penamacor o destaque vai para a existência, à data, de duas unidades ligadas à indústria têxtil, que empregavam cerca de meia centena de pessoas. Para além destas unidades, importa referir a importância das indústrias agroalimentares, designadamente, queijarias e salsicharias, empregando cerca de duas dezenas de activos nos três concelhos da BIS, com características mais rurais.

A análise aqui apresentada à estrutura empresarial e de emprego dos concelhos da BIS sugere que Castelo Branco, no contexto actual de crise e recessão económica, apresenta mais vulnerabilidades que os outros três concelhos. Tal é explicado pela presença de pólos de especialização produtiva intensivos em mão-de-obra, baixos custos salariais e fortemente dependentes dos mercados externos. A evolução recente (2000-2005) do pessoal afecto espelhava já uma acentuada retração destes sectores. A fabricação de equipamento eléctrico para motores de veículos perdeu cerca de 600 postos de trabalho (taxa de decréscimo de 45%) e a indústria do têxtil e do calçado contabilizava menos 880 activos. Em relação aos concelhos de Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, o perfil da estrutura empresarial difere significativamente, predominando as micro e pequenas empresas, com maior ligação ao território onde estão inseridas, quer em termos de produtos oferecidos, quer de serviços prestados, e, por isso, menos dependentes dos mercados globais e da ameaça das deslocalizações.

A análise ao desemprego, um dos principais indicadores para determinar os impactos da crise, corrobora a observação anterior. No concelho de Castelo Branco, em Janeiro de 2009, estavam inscritos no Centro de Emprego 2 433 desempregados, mais 516 que em igual período homólogo (taxa de crescimento de 27%, percentagem substancialmente superior à média do País e da região Centro, 12 e

13%, respectivamente). Já os restantes concelhos da BIS apresentavam um comportamento contra-cíclico, pois diminuíram, embora de forma ligeira, o número de desempregados inscritos em relação ao período homólogo. O concelho de Idanha-a-Nova registava menos 14 desempregados inscritos, Penamacor, menos 11, e Vila Velha de Ródão, menos 1.



Não querendo pôr em causa o modelo de desenvolvimento seguido, nem o grau de competitividade do pólo industrial de Castelo Branco – ele constitui um dos pilares da estrutura económica da Região – levanta-se a questão: até que ponto um pólo industrial altamente evoluído, desligado do seu território circundante, constitui um factor de competitividade e diferenciação?

As teorias e políticas de desenvolvimento apontam para a prossecução de estratégias que tenham por base a diversificação da estrutura económica pela via da competitividade sectorial e numa óptica de desenvolvimento de *clusters* estratégicos, ou seja, assente nas áreas/sectores onde os agentes económicos do território melhor se podem posicionar no mercado local e global.

A recente candidatura aprovada, no âmbito do Programa de Estratégia de Eficiência Colectiva, que prevê a criação de um cluster agro-industrial na Região Centro, com sede em Castelo Branco, constitui um passo importante nesta estratégia de valorização dos recursos endógenos de excelência. Para além de promover o trabalho conjunto entre o sector empresarial e o científico e de consolidar as relações de proximidade, mutuamente benéficas e de natureza sinérgica, entre o espaço rural e o urbano, esta estratégia permite a contextualização aos sistemas produtivos locais, garantido vantagens comparativas e competitivas, elementos cruciais para concorrer em “mercados-nicho” globais.

OU O CONCRETO
DA CRISE

	Jan-08	Jan-09	Variação Homóloga	
			N.º	%
Castelo Branco	1917	2433	516	26,9
Idanha-a-Nova	348	334	-14	-4,0
Penamacor	139	138	-1	-0,7
Vila Velha de Ródão	108	97	-11	-10,2
Total	2512	3002	490	12,0

Quadro 1: Número de desempregados inscritos

Centro	59831	68158	8327	13,9
País	386377	433149	46772	12,1

Fonte: IEFP, em <http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/ConcelhosEstatisticasMensais>

	1º Trimestre de 2008	1º Trimestre de 2009	Variação Homóloga
Castelo Branco	19	37	18
Idanha-a-Nova	2	3	1
Penamacor	2	3	1
Vila Velha de Ródão	0	1	1
Totais	23	44	21

Quadro 2: Número de Insolvências, por concelhos

Fonte: Ministério da Justiça, em <http://publicacoes.mj.pt/pt/Pesquisa.asp>

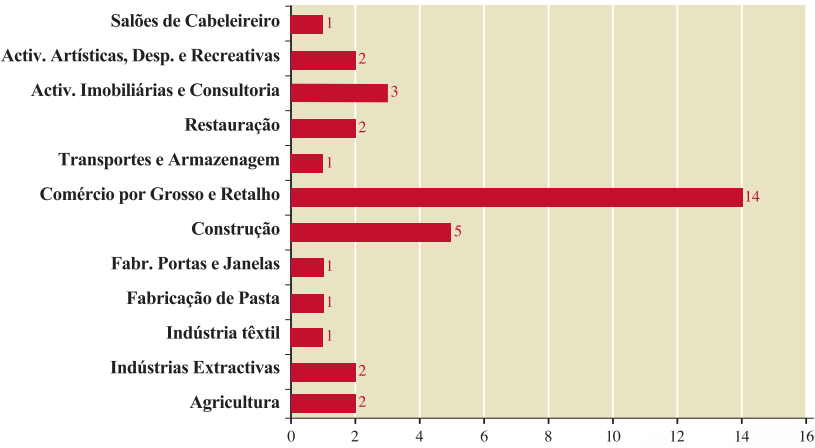


Figura 1: Número de Insolvências por sectores de actividade

Fonte: Ministério da Justiça, em <http://publicacoes.mj.pt/pt/Pesquisa.asp>



Já cansa falar de crise e sobretudo ouvir falar de crise. Mas não há escapatória. Os anos de chumbo que vivemos hoje deixarão uma sombra larga no nosso futuro e no dos nossos filhos e por isso vale a pena tentar vislumbrar algum horizonte no meio da escuridão.



REVIVER

O PASSADO NA AGRICULTURA

António de Abruñhosa



A sociedade portuguesa atravessa hoje mudanças que em muitos casos serão irreversíveis. Muitas positivas, mas muitas outras com uma carga negativa cuja profundidade e consequências são hoje difíceis de avaliar. Uma coisa é certa, muitos dos desempregados cujas fábricas fecharam nestes últimos seis meses, em muitos casos casais com mais de 45 anos, dificilmente voltarão a encontrar empregos semelhantes aos que tiveram. Desde logo, porque muitas dessas fábricas não voltarão a abrir, já que grande parte das multinacionais que as detinham estão a aproveitar esta crise para se reestruturar e deslocalizar a produção para países de menores custos ou de maior produtividade.

Corremos assim o risco, muito real, de não acompanhar completamente a retomada da economia mundial quando esta crise se desvanecer o que, definitivamente, é um futuro que só a Deus pertence.

O crescente endividamento do país no seu conjunto, e em particular do sector público, levará necessariamente a limitações futuras

nos valores e na duração dos subsídios de desemprego bem como desse desemprego disfarçado que são os inúmeros cursos de formação que, para muitos portugueses e portuguesas, são já uma ocupação permanente saltando do 2º para o 3º ou do 5º para o 6º. Para já não falar dos programas de salvamento de empresas que, brevemente, deixarão de ter qualquer hipótese de financiamento.

Se somarmos a este filme mudo a perspectiva muito provável de sucessivos governos minoritários após as próximas eleições começa a ser previsível que a cena dos próximos capítulos inclua algumas imagens violentas, impróprias para menores.

A importância do mundo rural e do interior do país, como almofada capaz de amortecer muitos destes efeitos negativos, foi claramente demonstrada nas crises de 1983 e 1993.

A situação é, hoje, bastante diferente dada a diminuição drástica do número de explorações em actividade bastando citar o caso do leite em que o número de produtores baixou de 200.000 para 13.000 em duas décadas. Mas existe, ainda assim, uma margem de manobra real para um retorno, limitado obviamente, ao campo que apenas precisa de ser ajudado por um Ministério da Agricultura capaz de o entender. O mundo rural tem ainda uma importância económica e social muito significativa em todo o país, e sobretudo no interior, apesar do abandono a que tem vindo a ser sujeito por sucessivos governos.

O programa LEADER é, talvez, o veículo correcto para essa valorização do mundo rural sendo claramente justificável que os montantes que lhe foram atribuídos sejam claramente aumentados, se, como é previsível, muitos dos fundos do PRODER ficarem sem candidatos.

A ver vamos, como diz o cego, se tal será possível. ■



Ana Paula Fitas

[Doutora em Ciências Sociais – Estudos Portugueses – Cultura Portuguesa do Século XX]

TEMPOS DE CRISE, TEMPOS DE FÉ

Tempos de crise, tempos de fé é o título que considero adequado à temática deste número da “Viver...”, nestes dias em que economia, política e religião, se têm cruzado de tantas e inesperadas formas. É um facto que o apelo a instâncias superiores e desconhecidas, relativamente às quais não necessitamos de uma justificação nos termos lógicos e racionais que caracterizam a acção humana e que não podemos avaliar no que se refere aos respectivos critérios de actuação, é um recurso que o ser humano evoca em situações complexas, cuja resolução considera, por variadíssimos motivos, psicológicos, económicos e sociais, não depender da sua vontade ou capacidade de acção individual ou do conjunto de respostas que a sociedade disponibiliza aos cidadãos. É, aliás, esta vertente da dimensão religiosa que justifica a Fé, enquanto sentimento de plena confiança que garante aos indivíduos a Esperança e a convicção indispensáveis à resistência psicológica das pessoas, face a dificuldades capazes de desenvolver modos de ser e de estar depressivos que dificultam ainda mais a integração social e a resistência aos obstáculos e contrariedades do dia-a-dia.

A dimensão do Sagrado é, se assim podemos dizer, uma espécie de “tábua de salvação” para efeitos de protecção e justiça, quando a vivência quotidiana e os procedimentos humanos parecem insufi-

cientes para satisfazer desejos e necessidades das pessoas. Compreende-se, por esta razão, que o crescimento da adesão religiosa a múltiplas formas de relacionamento com o que nos ultrapassa e transcende, aumente significativamente, em resultado do agravamento de situações económicas, sociais e, naturalmente, afectivas, cuja resposta não encontramos no mundo em que vivemos.

Contudo, apesar da proliferação de confissões religiosas acessíveis no mundo contemporâneo e da dimensão individual, do domínio do privado, em que radica a questão da Fé, a organização institucional da religiosidade assume um papel orientador dos valores e práticas dos seus fiéis que, muitas vezes, contraria os princípios em que assentam, social e politicamente, as sociedades... O facto é evidente, nas mais diversas religiões e nos mais variados espaços do planeta: veja-se o caso da perseguição à religião tibetana na China, o anti-semitismo contra os judeus, o fundamentalismo talibã, e um sem-número de exemplos que, perigosa e injustamente, associam crueldades e terrorismo a expressões religiosas. O fenómeno, racista e xenófobo, é um drama do mundo contemporâ-



neo porque a dimensão pessoal e afectiva que, em si mesma, revela a Fé é manipulada por razões de influência política e social que desvirtuam o carácter benigno da catarse individual acessível a todos e transformam a religião em mecanismos de controle social que, quase sempre, desenvolvem atitudes de auto-defesa dos respectivos grupos de crentes, tornando-os instrumentos de juízos e práticas capazes de contrariar o fundamento universal em que radica o pressuposto religioso: a bondade dos seres humanos e o seu direito à felicidade e à paz.

Desta outra dimensão da religião, de carácter socio-político, resultam porém conflitos individuais e de grupo com expressão pública e efeitos que, ao invés de tornarem a Fé um meio de apaziguamento, lhe conferem o estatuto de agente dinâmico, resistente e reactivo face à diversidade social... um exemplo que evidencia o que acabo de dizer é o caso, conhecido há meia dúzia de anos atrás, de uma criança nigeriana que foi excomungada por ter praticado um aborto, resultante de uma violação continuada e cujo processo, sete anos depois, ainda aguarda desfecho... porém, nem tudo se passa longe de nós, em espaços e culturas exóticas e diferentes... e, nos últimos dois meses, registaram-se intervenções públicas da Igreja Católica manifes-

tamente direccionadas para a sociedade civil, nas quais podemos rever ecos do seu juízo sobre a actual estrutura social e política.

Em Portugal, a propósito da possível legalização dos casamentos civis (e digo, casamentos civis porque nunca estive em causa ponderar a hipótese relativamente a casamentos religiosos!) entre pessoas do mesmo sexo, a Igreja veio pronunciar a sua discordância, sem esclarecer em que medida é que tal atitude se justifica no quadro do reconhecimento do valor do princípio da Não-Discriminação. Se, por um lado, o problema se coloca apenas em termos civis, não se compreende o incómodo causado por uma questão que apenas afecta pessoas homossexuais; por outro lado, se a legalização das uniões de facto, em termos de pleno direito reconhecido e exercido no âmbito dos casamentos, promove o reconhecimento da igualdade e da não-discriminação no contexto de valores democráticos inerentes à coexistência pacífica dos cidadãos a quem se reconhece, no que se refere a Direitos Humanos e Direitos fundamentais, o direito a viver com dignidade, garantida a igualdade de oportunidades entre todos num mundo onde a Diversidade é cada vez maior e mais valorizada, não se justifica, dizia, face ao teor da mensagem cristã, o repúdio por um dos seus maiores prin-

cípios, a saber: «Ama o teu próximo, como a ti mesmo» que nunca, ao longo da História, pelo menos ao que sabemos, integrou qualquer tipo de discriminação. Mais recentemente, há cerca de um mês, no Brasil, o Bispo do Recife, excomungou uma menina de 9 (nove!) anos de idade, bem como toda a sua família e a equipa médica que a apoiou, por ter sido submetida a uma intervenção clínica motivada pela necessidade de aborto de uma gravidez que colocava a sua vida em perigo e que resultara da violação continuada do padrasto!... Mais recentemente ainda, há dias, o Papa Bento XVI, ao pisar o solo do continente africano onde vivem 70% das pessoas infectadas com Sida, o maior flagelo conhecido da saúde pública, que põe em causa a sobrevivência de populações inteiras, afirmou que o uso do preservativo não é solução adequada à prática dos crentes, sabendo, de antemão, que, até hoje, esse é o único meio disponível para a protecção das pessoas, relativamente a esta doença sexualmente transmissível que afecta homens e mulheres, numa cadeia incontrolável de contactos de que ninguém está, à partida, livre. Felizmente, no nosso país, o Bispo de Viseu veio declarar que o uso de preservativos é uma “obrigação moral” para se poder evitar a Sida que ameaça tornar-se a epidemia do século. Tempos de Fé, Tempos de Crise?! ■



© C. M.

TRIBUNA DA CIDADANIA

“TODA A CRISE RESULTA DA FALTA DE CONSCIÊNCIA DO VALOR DA VIDA HUMANA”

Prof. Doutor António Martins da Cruz
[Reitor da Universidade Lusíada]

Camilo Mortágua

Afirmação peremptória e apaixonada de um Homem que, aos 91 anos, mantém inabalável fé nos seus semelhantes e na juventude que dele se abeira em busca de compreensão e apoio.

Natural cá da BIS, nascido a 1 Janeiro de 1918, em Aldeia do Bispo, no Concelho de Penamacor, António Martins da Cruz é alguém a quem me sinto impelido a tratar por Dom, com toda a dignidade e respeito que isso representa.

Ao leme da “grande nau” que é a Fundação Minerva, mais conhecida por Universidade Lusíada, este sereno e inovador ancião não deixa, para mãos alheias, o futuro da instituição que dirige, contribuindo de forma empenhada para o lançamento de novas iniciativas e projectos.

Homem de princípios e valores bem assumidos, mas aberto à compreensão necessária para a desejável evolução das Sociedades Humanas, confessa uma certa

mágoa pelas desigualdades existentes, sobretudo quando essas desigualdades são assentes ou justificadas pela fé de cada indivíduo ou grupo.

No seu gabinete instalado no magnífico espaço ocupado pela Lusíada na rua da Junqueira em Lisboa, conversámos durante várias horas. Para um Homem da sua idade, foi sintomático e surpreendente vê-lo dissertar, de pé, sobre os mais diversos temas, sublinhando com a sua firme verticalidade os raciocínios que nos ia expressando.

Filho de um sapateiro, ainda pequeno foi guardador de gado por terras familiares de onde lhe vêm à memória recordações de actividades e paisagens que, ao serem comparadas com o abandono de hoje, ainda lhe causam uma certa mágoa.

Sonha com uma “Sociedade de Desenvolvimento de Penamacor”, capaz de mobilizar e motivar os que ainda por lá estão a trabalhar afinadamente no aproveitamento de todos os recursos naturais e patrimoniais existentes, sem olhar a rendimentos imediatos. Sobre isso vai discorrendo:

“É preciso que a nossa passagem por este mundo seja muito mais altruísta e solidária com as futuras gerações, trabalhando afincadamente para que os nossos descendentes encontrem, pelo menos, condições de vida idênticas às que nos deixaram os nossos antepassados. Temos que ter verdadeira consciência do valor da vida Humana. A falta dessa consciência leva à deterioração das práticas de relacionamento social e de solidariedade, fundadas nos valores mais distintivos da Humanidade. As crises resultam sempre da falta de consciência do valor da vida Humana. Da falta de solidariedade entre os Humanos.

Os tempos mudam os hábitos e as nossas relações com os outros, com os valores e com as coisas que nos rodeiam e que interagem connosco, mas temos de ser capazes de nos adaptarmos à mudança “sem perder a alma”, sem perder Humanidade.

Infelizmente, os Homens são demasiado permeáveis às tentações do egoísmo. Até mesmo na educação, que é a área que melhor conheço, isso acontece. Agora há muito quem

queira ser professor à hora... educar à hora e apenas na sala de aula, sentindo-se imediatamente livre para, fora da sala, ter comportamentos contrários aos defendidos na hora em que se assume como professor... Nesta casa não admito isso!

A educação não pode ser o mundo dos negócios, tem de ser o mundo da responsabilidade”. ■



AS UNIVERSIDADES LUSÍADAS

O mundo das “Universidades Lusíadas” é bem mais extenso e diversificado do que à primeira vista possamos supor.

Em Portugal, existem estabelecimentos da “Lusíada” em Lisboa, Porto e Vila Nova de Famalicão com cerca de 12 mil alunos em licenciaturas, pós graduações, mestrados e doutoramentos.

A Lusíada está igualmente implantada em Luanda, Cabinda e Benguela, em Angola, e estende também a sua actividade a S. Tomé e Príncipe.



© Fisteve

TEM A PALAVRA

João Nunes Sobreira, 51 anos
[Freguesia de Cebolais de Cima]

Nascido, criado e residente em Cebolais de Cima, trabalha como funcionário público, em Castelo Branco. Conhece como a palma da mão a freguesia que já lidera há 16 anos. Morto o sector têxtil de tempos outrora auspiciosos, João Sobreira tem lutado por cuidar dos “vivos”, garantindo-lhes uma aldeia agradável e com boa qualidade de vida para habitar.

“AS PESSOAS AINDA PREFEREM VIVER ENCAIXOTADAS NA CIDADE”

Filipa Minhós

Pinte-nos o quadro da freguesia.

A freguesia tem um problema, pelo que vejo maior do que nas restantes, que é a elevada taxa de mortalidade. Morrem por ano entre 20 a 25 pessoas. Os nascimentos são apenas meia dúzia, nem isso talvez, pelo que a população não está a ser regenerada e tudo isto se vai reflectindo em despovoamento ao longo do tempo.

A escola ainda funciona, mas, desde o ano passado, que temos os miúdos de Benquerenças a frequentá-la. Ainda assim, este ano, a escola tem à volta de 18 ou 19 crianças, e penso que não irá fechar tão depressa.

O infantário vai estando melhor, também porque algumas crianças vêm do Retaxo e de outras freguesias.

Em muitos serviços, estamos aliados ao Retaxo. É o caso do infantário, do lar, do centro de dia, todos funcionam em

conjunto. A escola por enquanto ainda não, mas, no futuro, talvez seja a solução.

Há casais novos interessados em viver em Cebolais de Cima?

Até há. Todas as casas que se põem à venda nos Cebolais com condições de habitabilidade vendem-se. O problema é que essas casas são poucas e sobram sempre as casas velhas.

Construir de raiz é muito difícil. Isto, porque a freguesia tem a particularidade de estar muito limitada em termos de fronteiras com os territórios vizinhos, além de que a morfologia acidentada dos terrenos também não ajuda. Nós não temos sequer um loteamento para poder trazer mais pessoas. Só podemos contar com as casas das pessoas que vão morrendo e cujos filhos, que já não vivem cá, vão pondo à venda.

Agora, casas velhas para recuperar há muitas. E, normalmente, as pessoas não apostam na reconstrução. Até porque, muitas vezes, acabam por gastar muito mais do que se fizessem uma casa nova.

Cebolais é uma freguesia atractiva para se viver?

Cebolais tem todos os equipamentos necessários para que a população se fixe com qualidade de vida que qualquer outra vila, sede de concelho, tem. Temos infantário, temos escola, temos centro de dia, temos lar de terceira idade, temos correios, temos instituições bancárias, temos farmácia, temos posto médico com dois médicos permanentes e duas enfermeiras, temos forças de segurança. Não temos é emprego. Mas o emprego está muito perto hoje, logo ali ao lado, em Castelo Branco. No entanto, a maioria das pessoas prefere continuar a viver encaixotada nos apartamentos da cidade. E logo aqui que temos tanto sossego e calor humano... é uma pena...

Há alguma obra essencial ainda por construir na freguesia?

O que falta mesmo é o emprego. Por alturas da Revolução de Abril, laboravam aqui mais de 20 fábricas; hoje nem meia dúzia restam. A freguesia passou de pólo industrial, sobretudo na área do têxtil, para ter actualmente actividade predominante de serviços. Hoje, as instituições que empregam pessoas são o lar, o centro de dia, o infantário, a escola, os correios...

Está agora em vias de abrir uma pequena indústria de frio no lugar de uma confecção que fechou e que poderá oferecer alguns postos de trabalho, mas não resolverá a problemática da falta de emprego. Também não podemos exigir mais. Se até Castelo Branco luta para manter as empresas, que poderemos dizer nós aqui? O nosso sector industrial morreu, acabou, temos de partir para outra.

Há algum objectivo a que se tenha proposto até final do mandato que ainda não cumpriu mas que queira realizar?

Gostava ainda de erguer um recinto de festas para eventos ao ar livre. Apenas temos a zona circundante da Igreja, que é exígua. O problema não são as verbas, mas sim arranjar local para a obra.

Este era um sonho que gostava de ver concretizado e ainda penso consegui-lo.

É o primeiro autarca que não se queixa de falta de verbas...

(Risos). Sinceramente, não queixo. É claro que não dispomos de muito dinheiro para investir. Mas, para pequenas obras, vamos tendo sempre.

Outros sonhos não alimento, porque já levo 16 anos de Junta e conheço perfeitamente todas as suas limitações. Há muitas pessoas que defendem uma Zona Industrial; eu não tenho esse tipo de ilusões. A terra de progresso e crescimento económico não existe mais. O papel da Junta passa agora por dar o máximo de qualidade de vida àqueles que ainda cá habitam.



E não tomam medidas para atrair a população?

O meu sonho é que venham pessoas. Precisamos cada vez mais de pessoas. Tínhamos cerca de 1310 pessoas em 2001, nos últimos Censos. Com os novos Censos aí à porta, daqui a dois anos, vamos ver a evolução. Mas terá forçosamente de diminuir, porque se contabilizarmos que morrem cerca de 20 pessoas por ano, em 10 anos são 200 pessoas. E não são os nascimentos que vêm contrabalançar este decréscimo. Também é certo que, em conversa com o STAP, percebi que temos na freguesia mais 70 recenseados, o que é um número bastante positivo. Este novo recenseamento apanhou toda aquela camada jovem, com mais de 18 anos, que ainda não estava recenseada, mas que automaticamente passou a estar quando emitiu o Cartão do Cidadão.

Temos muita gente em Lisboa. Mas esses já não voltam. Os pais vão morrendo e as próximas gerações já não terão qualquer tipo de ligação à terra. Outros recuperam as casas e vêm para cá na reforma. Mas a maioria não faz isso.

Há quem defenda que ainda veremos as freguesias rurais dar uma grande ajuda às cidades a sair da crise. Será que nos teremos de recentrar na agricultura?

Já pensei nisso muitas vezes. Quando olho para esses campos de estevas, que nos tempos antigos eram cultivados, pergunto-me se não teremos de começar a cultivá-los outra vez. Mas talvez não. Com a política agrícola europeia muito permissiva, que deixa entrar tudo, penso que a agricultura tem mesmo os dias contados em Portugal. É verdade que temos alta variedade de produtos agrícolas, mas a qualidade perdeu-se. Comparar a nossa produção de tomate, com aqueles que se compram nos hipermercados, meu Deus... é uma diferença de sabor abismal.

No entanto, penso que, na maior parte dos casos, as freguesias rurais apenas servirão de dormitórios para quem trabalha na cidade. É o que já acontece nas Benquerenças. Aqui ainda não. As pessoas participam na vida comunitária da freguesia. E temos alguns jovens, poucos infelizmente, que vieram cá fazer casa, mesmo trabalhando em Castelo Branco. ■



JOSÉ RIBEIRO HENRIQUES

O “CENTAURO” DA CENTAURO

A Centauro Portugal S.G.P.S é um grupo de empresas, sediado em Castelo Branco, vocacionado para a concepção, desenvolvimento, fabrico e comercialização de permutadores de calor e de equipamentos destinados à indústria de refrigeração, climatização e ar condicionado.

O desenvolvimento industrial foi suportado pela certificação do Sistema de Garantia da Qualidade ISO 9002 em 1993. Actualmente, está sob

compromisso do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ISO 9001-2000, certificada pela APCER e é uma das ferramentas ao serviço do desenvolvimento sustentado das actividades da Empresa.

A inovação, a qualidade e a fiabilidade dos seus produtos, o eficiente e exigente apoio pós-venda são, lado a lado com uma gestão financeira rigorosa, e uma produção bem equipada em termos técnicos e humanos, a garantia do presente e da evolução futura da empresa.

CENTAUROS

Figuras da mitologia grega, descendentes de Ixion, também chamados de Ixíónidas, normalmente configurados como uma raça de seres com torso e cabeça humanas e corpo de cavalo.

Segundo a linhagem da descendência de cada um, os Centauros podiam ser dotados de características bem diferentes. Os que apenas possuíam uma enorme força insensata e cega e os que aliavam grande força à bondade e se colocavam ao serviço dos combates por boas causas.

O “Centauro” da iconografia cristã é, por vezes, representado como monstro tentador de donzelas, mistura de homem e de burro, dotado de grandes atributos sexuais.



Pela sua história de Vida, pela força do seu carácter, pela sua (ainda hoje) sólida compleição física, por tudo o que já fez e pelo que ainda espera fazer, este homem acabou escolhendo muito naturalmente para a sua empresa um nome que assenta bem nele próprio, “CENTAURO”.

Nascido a 7 de Dezembro de 1935, Sagitário, portanto, que os entendidos definem como um signo: “Mutável, de fogo, masculino, arrojado, orgulhoso, impaciente, de dupla natureza (refinado e intelectual assim como bestial e passional), extrovertido, de perspectivas amplas, progressista, eclético.” Definição que, pelas interessantíssimas estórias que nos contou, parece não andar muito longe da realidade.

Começou como ferreiro, trabalhando para um tio que lhe ensinou o ofício, mediante o pagamento de 400 escudos mensais. Servindo-se única e simplesmente da tradicional forja, graças à sua permanente ânsia de aprender, aí se tornou mestre no caldeamento de metais, adquirindo conhecimentos práticos dessa antiga arte, que ainda hoje são muito úteis para resolver problemas que as modernas tecnologias desconhecem.

Andou por Lisboa, por lá aprendeu a “fazer frio” à custa de muita resistência às privações. Tinha-lhe prometido um ordenado de 25 escudos diários, mas acabaram pagando-lhe apenas 10 escudos e oitenta centavos! Era pegar ou largar! O ordenado não chegava para comer, mas o trabalho permitia adquirir importantes conhecimentos para o futuro. Decidiu aguentar: “foi a decisão mais importante da minha vida... já tinha

tido trabalho de mecânico de automóveis a ganhar 20 escudos, passava-se mal, ia à feira da ladra comprar velhas botas dos soldados, em casa não havia luz eléctrica nem água corrente, lutávamos contra as pulgas e os percevejos, eram tempos difíceis, duros de viver, mas ninguém falava de CRISE!

Um trabalhador rural ganhava 10 escudos por dia, uma arroba de batatas custava 60 escudos! Era preciso trabalhar 6 dias para comprar uma arroba de batatas! Hoje... uma arroba de batatas vale o quê? Uma hora de trabalho... talvez menos. É por isso que não temos agricultura nem agricultores”, assevera.

Um dia veio à terra para assentar praça. Por casualidade, entrou num restaurante que estava em dificuldades por ter os frigoríficos avariados, ali mesmo fez a demonstração do seu saber reparando as avarias. A partir desse dia, não teve mais “mãos a medir”; percorria todas as vilas e aldeias da nossa região a reparar equipamentos frigoríficos e não só.

Super ocupado, correndo de um lado para o outro numa motorizada comprada de ocasião, esqueceu-se de se apresentar no quartel, acabando por fazê-lo no último dia. Foi a sua sorte, coube-lhe o número mais alto daquela recruta, um dos que era chamado por último. Daí para a frente, o 336 “desenrascou-se” para manter em simultâneo a sua actividade de reparador e de recruta radiotelegrafista. “Ganhava mais que o comandante, dava bem para pagar a quem quisesse substituir-me nos trabalhos do quartel. Estive



assim 18 meses em Caçadores 6 aqui em Castelo Branco". Este foi o primeiro batalhão a ir para Índia, com sorte e alguma esperteza, o 336 safou-se e não foi.

"Mas eu sempre tinha sonhado conhecer Mundo. Lá em casa dos pais tinha muitos mapas que me ajudavam a imaginar os futuros negócios. Por isso, estava decidido a não casar antes de "conquistar o Mundo". Mas... a minha Mãe chamou-me à razão: - "Olha lá meu Gabiru... andas p'raí a namorar e a fazer sabe Deus que asneiras... e agora vais-te embora livre como um passarinho? - Ela conhecia-me bem e tinha razão.

Acabei casando um mês antes de ir para Angola a convite de um primo. Foi um casamento à minha maneira. Com oito pessoas presentes. Família e padrinhos e ninguém mais. Não podia ser de outra maneira. Precisava do meu dinheirinho para governar a vida lá por fora.

Cheguei a Angola, em 58, na viagem inaugural do paquete UÍGE.

À chegada, o meu primo disse-me que tinha estado em Moçâmedes e que por lá estava tudo avariado. Fui para Moçâmedes... estive lá mês e meio sem parar. Ao fim desse tempo, tinha amealhado trinta e três mil escudos. Era dinheiro, os bons ordenados de um técnico andavam pelos dois mil e quinhentos escudos por mês! Mas, eu tinha o meu velho plano "africano", que consistia em instalar-me na

África do Sul e dominar "os mercados" de Angola, Moçambique, Namíbia e de toda a África Austral! Fui para Moçambique, mas lá, nessa altura, ainda não havia corrente alterna, só corrente contínua, era pouco o desenvolvimento, os melhores empregos eram os do Caminho de Ferro de Maputo que já tinham ar condicionado.

Mal cheguei, pedi para falar com o director. Puseram-me à prova frente a uma máquina avariada, resolvi o problema de forma tão simples que me ofereceram emprego logo nesse dia! Não se ganhava mal... mas voltei para Angola, para trabalhar com o meu primo.

Correu tudo muito bem até que ele se deixou dominar por uma cachopa mulata. Passou a andar só na borga, sem responsabilidade no trabalho, esbanjando à toa. Para não me zangar com ele, voltei para Moçambique, que encontrei muito mudado para melhor. Estávamos em 1962. Naquela altura, já estavam implantadas em Moçambique três grandes marcas - empresas de frio: as americanas Frigidaire GM e Kelvinator, e a italiana "GNEZE". Empreguei-me na GNEZE, pagavam-me oito mil escudos por mês e percorria o País a prestar assistência aos equipamentos. Como os aviões nem sempre vinham a horas e as reparações, por vezes, eram feitas muito rapidamente, acontecia ter muitos tempos de espera que utilizava prestando pequenos serviços a todos quantos conhecedores das minhas capacidades me solicitavam o favor de os desenrascar. Todas estas pessoas me da-



vam dinheiro, bom dinheiro, que multiplicavam várias vezes o meu salário.

Com o dinheiro amealhado, os conhecimentos adquiridos e as relações estabelecidas, deixei o emprego, para me estabelecer por conta própria.

Em boa hora o fiz. Mandeir vir a esposa que tinha ficado em Angola e criei a ICEBERG. Nos anos 70, já tinha comprado a Frigidaire, a Kelvinator e a GNEZE, e estava confortavelmente sozinho no mercado moçambicano e exportando para os Países vizinhos.

Depois, tudo se complicou. Salvei o que pude, pouco, algumas máquinas e equipamentos que, mais tarde, ajudaram a muito difícil tarefa de recomeçar tudo de novo.

Obrigado a tudo abandonar, em 76, ainda fui até à África do Sul, mas entendi que a situação não era suficientemente estável e eu já não tinha condições para arriscar uma segunda vez. Fui até ao Brasil, mas aí atacou-me o “mal de África”, onde se dormia de portas abertas.

Apesar de tudo, das pequenas alegrias e grandes tristezas, fui muito feliz em África.

Acabei, por um conjunto de ocasionais circunstâncias, por vir poisar nas terras de origem. Aqui, o início foi muito duro. Sem

o “calo” do passado, não teria conseguido. Quando cá cheguei, pensava que não seria possível lutar com uma concorrência treinada num mercado muito mais evoluído que o africano. Quando comecei a informar-me, fui reconhecendo que assim não era, que em África já utilizávamos há muito tecnologias que estavam agora a ser lançadas no mercado europeu! Essa observação ajudou a tomar a minha decisão, aqui me instalaria, mas como fabricante e não como reparador. Ser reparador é muito incómodo e fatigante, há que acudir a avarias urgentes a qualquer hora do dia ou da noite!

Chamam-lhe muitos nomes: estudos de mercado, análises, prospecções de tendências e outras coisas. Para mim, tudo se resume à capacidade de observação. A nossa capacidade de observação é muito importante. No mato, é com a nossa capacidade de observação que conseguimos sentir a intenção do animal.

Sabe... ainda hoje aprendo muito com as minhas vacas! Mas, ao contrário delas, o meu maior horror, é não ter nada que fazer!

É, por isso, que não podemos parar, temos que nos ocupar. Sou contra essas coisas das suspensões temporárias de actividade. Vamos trabalhar, nem que seja varrer, limpar, pintar, construir, aprontar homens e máquinas, inteligências e forças, para produzir melhor quando o “vendaval” passar”. ■

TRADIÇÃO TRILHA CAMINHOS DE RENOVAÇÃO

“(...) a tradição é a sequência contínua de todas as inovações, portanto o guia mais fiável para o futuro. A tradição é como uma seta apontando para o futuro, nunca para o passado.”

Le Corbusier, Princeton Architectural Press, New York

ARTES E OFÍCIOS *versus*

DESENVOLVIMENTO LOCAL

O mercado global coloca-nos perante o desafio da diferenciação pela valorização dos recursos locais, ancorando-os a actividades desenvolvidas em processos pró-activos de desenvolvimento integrado e multidimensional, capazes de aglutinar as sinergias daí resultantes. Os recursos territoriais afirmam-se então como a essência do novo paradigma para as zonas rurais, assente na potenciação das especificidades e peculiaridades das regiões, na valorização e divulgação dos valores que caracterizam e diferenciam os territórios e na redescoberta e partilha daquilo que é único e intransferível, assumindo-se essa diferenciação com sentido de futuro e de motor do desenvolvimento local.

Quando se pensa em desenvolvimento, a palavra assume de imediato o significado de crescimento económico, aumento das produções e prosperidade, associando-o instantaneamente aos modelos económicos expressos através do desenvolvimento económico e progressos tecnológicos.

Contudo, desenvolvimento não é claramente sinónimo de crescimento económico, nem o seu significado mais profundo deve ser assumido como decorrendo naturalmente desse indicador, apesar de também contemplar essa dimensão. Desenvolvimento deve ser, antes de tudo, assumido como uma mudança social com as consequentes altera-

ções no capital humano e social e alterações progressivas nos padrões organizacionais e seus modos de regulação social.

As artes e ofícios tradicionais, ao constituírem o elemento de ligação das pessoas ao seu território e o elemento de diferenciação que o pode valorizar, incluem-se e potenciam este paradigma de desenvolvimento rural. O forte potencial de mobilização social que encerram permite a sua assumpção como uma actividade essencial ao desenvolvimento dos territórios. Assim os territórios tenham a capacidade de assumir e estimular esse caminho e essa tendência.

“EX-LIBRIS” – REQUALIFICAR E VALORIZAR O BORDADO DE CASTELO BRANCO

Foi pelo reconhecimento de que as actividades tradicionais são um bem cultural que importa e urge preservar e valorizar enquanto potencial da identidade cultural e do desenvolvimento da BIS, pelo desafio que representa articular, implicar e envolver os públicos e comunidades na preservação, requalificação e difusão desses bens culturais para que a mudança social e o desenvolvimento do capital humano se processe, que a ADRACES e os seus parceiros territoriais (Município de Castelo Branco, Instituto Politécnico e Museu de Francisco Tavares Proença Júnior), com o apoio da Iniciativa Comu-

nitária EQUAL, uniram esforços e conceberam, testaram e aperfeiçoaram um conjunto de instrumentos e soluções capazes de requalificar e valorizar o maior ex-líbris territorial, no que às artes e ofícios tradicionais diz respeito – o Bordado de Castelo Branco.

Essas soluções estão agora disponíveis e devem ser utilizadas por artesãos e agentes territoriais que pretendam encetar processos de requalificação e valorização das artes e ofícios tradicionais dos seus respectivos territórios. A partir delas podem:

- aplicar um método que permite a implementação eficaz de projectos territoriais integrados com envolvimento pró-activo de públicos;
- conceber procedimentos de certificação sustentados por investigações de cariz científico;
- definir novos perfis profissionais e construir referenciais de formação adequados;
- aplicar software específico, associando as novas tecnologias aos processos de produção e comercialização;
- construir cenários de promoção, valorização e internacionalização das produções artesanais e consequente valorização dos territórios.

“POST-LIBRIS” – TRANSFERIR GERANDO INOVAÇÃO E VALOR

“Se queres ser Universal, fala da tua aldeia” – Tolstói

Uma vez mais com o apoio da EQUAL, essas soluções foram disseminadas noutros contextos para aferir da sua universalidade, utilidade e mais-valia, designadamente no Minho (Filigrana de Póvoa do Lanhoso e Lenços dos Namorados), com o parceiro ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cavado e Ave e, em Marvão (Bordado a Castanha), com o parceiro Município de Marvão. Este processo conferiu às soluções a necessária visibilidade e reconhecimento social que permite sustentar a inovação produzida e alargar agora a sua escala de aplicação. Testadas e aperfeiçoadas no âmbito desta parceria estão já disponíveis para os públicos que queiram incorporá-las e fazer bom uso delas, beneficiando para tal da total disponibilidade da parceria que os concebeu. ■

Recursos e Soluções para a Valorização das Actividades Tradicionais

	<p>Produto Colchas de Castelo Branco - Percursos por Terra e Mar</p> <p>Beneficiários/as Artesãos, Entidades Sectoriais Ligadas ao Artesanato, Entidades Formadoras, Formadores, Escolas, Estudantes, Investigadores</p> <p>O Que é o Produto Narrativa histórica assente na investigação científica do percurso histórico, técnico, estético, antropológico, político e económico da actividade e do produto realizada por uma vasta e pluridisciplinar equipa de investigadores de reconhecido prestígio.</p>	<p>Mais-valias do Produto</p> <ul style="list-style-type: none">- Conhecer o passado para se definirem no presente as opções estratégicas futuras;- Fundamentação de base científica que justifica a certificação de um bem/produto. É essa fundamentação rigorosa que garante a autenticidade, a origem e a contextualização histórica e social;- Cenarização estratégica de valorização do produto e da actividade. <p>A Quem Interessa o Produto (Utilizadores) Artesãos, Associações de Desenvolvimento Local e Regional,</p>	<p>Entidades Sectoriais ligadas ao Artesanato, Entidades Formadoras, Formadores, Municípios, Estudantes, Investigadores, Entidades Sectoriais ligadas ao Turismo, Museus, Outras.</p> <p>Autores Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, ADRACES, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Município de Castelo Branco</p> <p>Suporte do Produto Formato Papel - Livro (Já disponível)</p>
	<p>Beneficiários/as Artesãos, Entidades Certificadoras, Entidades Sectoriais Ligadas ao Artesanato</p> <p>O Que é o Produto Conjunto de referências que definem o Bordado de Castelo Branco, no sentido de o “proteger sem o cristalizar, requalificar sem o desvirtuar e inovar sem lhe destruir a identidade”.</p> <p>Mais-valias do Produto – Documento definidor do Bordado à luz das mais recentes investigações, que</p>	<p>contribui para o processo de certificação dos trabalhos produzidos, garantindo a preservação, a valorização e a continuidade do Bordado de Castelo Branco;</p> <ul style="list-style-type: none">- Documento técnico que, embora sofrendo de muita especificidade, pode servir de modelo e incentivo a outros agentes e territórios. <p>A Quem Interessa o Produto (Utilizadores) Artesãos, Associações de Desenvolvimento Local e Regional, Associações Sectoriais Ligadas ao Artesanato, Entidades Formadoras, Formadores, Outros.</p>	<p>Autores Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, ADRACES, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Município de Castelo Branco</p> <p>Suporte do Produto Formato Papel - Livro (Já disponível)</p>

	<p>Beneficiários/as Artesãos, Actividades Tradicionais, Produtos Artesanais</p> <p>O Que é o Produto Guia metodológico e de aprendizagem que define um Método para o desenvolvimento de processos de planeamento, concepção e implementação de estratégias integradas para a Reconversão e Valorização das Actividade Tradicionais, através da implementação de metodologias participativas e de co-responsabilização.</p> <p>Mais-valias do Produto – Enfatiza as abordagens territoriais integradas e participadas, através da articulação entre um novo</p>	<p>conceito de parceria e a participação colaborativa nos diversos níveis da intervenção;</p> <ul style="list-style-type: none">– Reúne um conjunto diversificado de acções e instrumentos de apoio, cuja aplicação permite elevar os padrões de qualidade e inovação de processos nas actividades tradicionais em múltiplas vertentes: adequação a regras de qualidade (certificação), formação adequada, inclusão das novas tecnologias nos processos de produção e comercialização, perspetivação dos mercados e valorização dos territórios. <p>A Quem Interessa o Produto (Utilizadores) Associações de Desenvolvimento Local e Regional; Associações</p>	<p>Sectoriais Representativas dos Artesãos e das Actividades Tradicionais; Municípios; Outras.</p> <p>Autores ADRACES, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Município de Castelo Branco, Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cavado e Ave, Município de Marvão, CEARTE – Centro de Formação Profissional do Artesanato</p> <p>Suporte do Produto CD (Já disponível)</p>
	<p>O Que é o Produto Aplicação informática responsável pela componente de gestão do processo de desenho, acompanhada de biblioteca que possibilita a manipulação de elementos e web site associado para a criação de comunidades de artesãos para troca de opiniões e aprendizagens. Ferramenta digital de utilização e manipulação directa pelos Artesãos.</p> <p>Mais-valias do Produto – Criação de novos hábitos de trabalho e melhoria das condições de laboração nas actividades tradicionais; – Modernização das actividades tradicionais através da minimização dos tempos de execução e maximização da competitividade, sem desvirtuar a tradição, permitindo ainda a reproduzir, recriar e inovar; – Mecanismo activo de marketing</p>	<p>comercial que permite a personalização do produto ao consumidor através de processos interactivos entre estes e o artesão, podendo o consumidor intervir directamente no processo criativo;</p> <ul style="list-style-type: none">– Captação de novos públicos em geral, e público jovem em particular, para as actividades tradicionais, por via da atractividade que as TIC conferem aos sectores tradicionais, bem como a possibilidade de inovar que a ferramenta oferece, possibilitando ao artesão ser também “designer”;– Criação de comunidades virtuais de artesãos, para troca de experiências e práticas de trabalho. <p>A Quem Interessa o Produto (Utilizadores) Artesãos, Associações de Desenvolvimento Local e Regional, Entidades</p>	<p>Formadoras, Formadores, Entidades Sectoriais Ligadas ao Sector do Artesanato</p> <p>Autores ADRACES, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Município de Castelo Branco, Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cavado e Ave, Município de Marvão, CEARTE – Centro de Formação Profissional do Artesanato</p> <p>Suporte do Produto Software e Manual de Utilização ficarão disponíveis em versão digital na web e em CD (disponível a partir de Julho)</p>
	<p>O Que é o Produto Referencial formativo de nível 2, área de formação “Artesanato”, perfil “Bordador/a, modalidades EFA (Educação e Formação de Adultos) e Formação Modular. Em vigor desde Dezembro de 2008, no Catálogo Nacional de Qualificações.</p> <p>Mais-valias do Produto – Oferta de formação profissional específica que permite elevar os níveis de qualificação e reforça e estrutura um sector em evolução; – Permite desenvolver os saberes tecnológicos, determinados pela utilização das TIC na produção e no apoio à gestão da informação e comunicação; – Confere competências associadas à regulação e vigilância de</p>	<p>equipamento e à adopção de comportamentos adequados em matéria de ambiente, higiene e segurança;</p> <ul style="list-style-type: none">– Confere competências de gestão de pequenas unidades económicas, nas áreas de gestão empresarial, técnicas de abordagem ao mercado, formação estética e artística;– Confere competências de facilitação, promoção e marketing territorial. <p>A Quem Interessa o Produto (Utilizadores) Entidades Formadoras, Formadores</p> <p>Autores CEARTE – Centro de Formação Profissional do Artesanato,</p>	<p>ADRACES, Município de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Museu de Francisco Tavares Proença Júnior</p> <p>Suporte do Produto Disponível no Catálogo Nacional de Qualificações (http://www.catalogo.anq.gov.pt)</p>

A quem recorrer para saber mais sobre todos os produtos:

ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul
Rua de Santana, 277 | 6030-230 Vila Velha de Ródão
Teresa Magalhães / Sara Valério
Tel: 272540200 Fax: 272540209
E-mail: adraces@adraces.pt

ALARGAMENTO DA REDE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

ADRACES TEM NOVO PÓLO EM CASTELO BRANCO

Com o objectivo de reforçar a animação territorial da Beira Interior Sul como dinâmica forte para tornar os territórios vivos, para sedimentar o sentimento individual e colectivo de pertença e auto-estima e para constituir uma abertura na ligação da BIS com outras regiões e culturas, a ADRACES encontra-se actualmente representada através de um novo pólo de desenvolvimento local em Castelo Branco, desde o último mês de Fevereiro.

Numa óptica de descentralizar os serviços da ADRACES e de apoiar a população local, seja através de acções de formação e de sensibilização ou através da realização de actividades de animação sócio-cultural, o novo pólo dispõe de duas Técnicas de Desenvolvimento para a prossecução no desenvolvimento dos seguintes serviços:

- Divulgação, implementação e acompanhamento do Eixo 3 do PRODER no Concelho de Castelo Branco;
- Interligação entre a sede e os restantes pólos de desenvolvimento;
- Apoio às acções de formação da responsabilidade d'ADRACES a decorrer no concelho de Castelo Branco;

A constituição da Rede em pólos de desenvolvimento local e a criação da figura do técnico/animador local tem permitido encontrar uma forma de equilíbrio entre a intervenção da ADRACES e os modos de vida locais, acentuando a proximidade e o inter-conhecimento com a população. A Instituição tem adquirido, assim, maior visibilidade e credibilidade junto da população, melhorando a sua capacidade de identificação das necessidades e aspirações do público. Simultaneamente, a Rede tem contribuído para minimizar problemas económicos e sociais do território, através da criação de postos de trabalho, desenvolvimento do espírito empreendedor e capacidade de criação de empresas. ■



Localização do pólo de Castelo Branco:

Rua Dr. Henrique Carvalhão, Lote 13, Loja 2
(ao pé do antigo restaurante Chérne), Castelo Branco.



CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSULTA PÚBLICA DA U.E. SOBRE O LIVRO VERDE RELATIVO ÀS FUTURAS POLÍTICAS DE COESÃO TERRITORIAL

A ADRACES, como parceira e membro dos corpos sociais da Associação para as Universidades Rurais Europeias – APURE, que, por sua vez, ocupa uma vice-presidência na Associação Internacional RED – Ruralite-environnement-developpement, participou, conjuntamente com os outros membros de R.E.D., na elaboração duma proposta entregue à Comissão Europeia sobre as questões para as quais o referido Livro Verde solicitava preposições. Permitimo-nos destacar aqui algumas das sugestões contidas na referida proposta. Tradução livre da nossa redacção.

1. QUE NOVOS ELEMENTOS PARA A PRÁTICA DA U.E. EM MATÉRIA DE COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL

A territorialização convergente das políticas europeias constitui um grande desafio para toda a Europa. A sua implementação terá por efeito, mesmo que pouco se oriente pelos fundamentais princípios da governação participativa, oferecer perspectivas compreensíveis para os cidadãos sobre as grandes questões que os preocupam e otimizar num contexto orçamental difícil, a aplicação dos recursos financeiros.

A Europa deve apoiar uma política inovadora de desenvolvimento durável, sustentada por um esquema ambicioso de desenvolvimento do espaço europeu, onde os princípios de coesão social, económica e territorial, se coordenam entre os Estados, mas encontram também a sua aplicação nas Regiões e entre os pólos urbanos e os pólos rurais de cada Região, baseadas em relações fortes e equilibradas.

Assim, a coesão territorial influenciaria:

- uma reaproximação da governação dos fundos, a um nível mais próximo da sua aplicação. Isto implica apoiar as ajudas europeias a projectos com programas estratégicos territoriais.
- uma melhor coerência e maior eficácia das diversas ajudas financeiras da União, graças à sua validação através de uma planificação única e um registo único para todos os investimentos sobre um mesmo território.
- uma melhor capacidade de resposta dos territórios aos impactos das crises mundiais, quer elas sejam climáticas, energéticas ou alimentares.
- a manutenção e a ponderação da grande diversidade cultural europeia, que constitui uma forte característica da União no mundo.

2. A ESCALA TERRITORIAL DA INTERVENÇÃO PÚBLICA

Embora seja difícil dar uma resposta quantificada a esta questão, é necessário considerar que a cada problema corresponde um duplo efeito de eficácia, tanto mínimo como máximo.

- numerosos projectos sustentados pela Europa inscrevem-se, pela sua natureza, em estratégias sub-regionais com tanta ou mais eficácia que teriam que ser conduzidos a outra escala. Certamente perderiam uma parte da sua dinâmica se integrados numa escala territorial demasiado grande. Mas, na medida em que estas estratégias integram objectivos de desenvolvimento interno e posicionamento externo, a cooperação transnacional e interterritorial deve fazer parte do quadro ordinário de reflexão.
- Existem outros projectos, nomeadamente de infra-estruturas, que encontram a sua coerência a uma escala maior e aconselham uma visão nacional ou supra-nacional.
- Por esta razão, ao lado dos fundos sectoriais como o fundo agrícola ou social, propomos para após 2013, a criação de três fundos de ajuda europeia: um fundo de desenvolvimento rural, um fundo de desenvolvimento urba-

no, um fundo de desenvolvimento regional, este último, para apoiar os projectos com impacto regional ou de maior escala.

- A definição geográfica dos pólos de desenvolvimento, rurais e urbanos, deverá ser feita na base de dinâmicas locais, validadas pelos Estados-membros ou/e pelas Regiões.

3. DAS MEDIDAS ESPECÍFICAS

Os territórios, que não tenham a capacidade de se mobilizar em pólos de desenvolvimento, devem ser objecto de medidas específicas. Os territórios pouco organizados deveriam receber um aumento de meios humanos e financeiros de forma a poderem recuperar o défice.

A sua definição e selecção, repousaria sobre critérios de ordem quantitativa, mas também qualitativa como:

- a capacidade para se organizar (existência de um projecto de território, número de estratégias levadas a cabo, número de projectos apresentados, etc).
- a qualidade da governação (participação e grau de integração dos diferentes actores, práticas de avaliação, etc). ■



APURE
associação para as universidades rurais europeias



Observação:
No próximo número publicaremos os restantes itens desta proposta.
Contudo, os interessados podem aceder às versões originais em Francês e Inglês em www.ure-apure.org



O MUNDO RURAL E A CRISE ... DE IDENTIDADE!

Domingos Santos

[Docente do Instituto Politécnico
de Castelo Branco (IPCB)]

Alguém sugeriu que o pessimista vê dificuldades em todas as oportunidades e o optimista vê oportunidades em todas as dificuldades. A actual crise financeira e económica, com fortes consequências também ao nível do mundo rural (ver, por exemplo, as descidas nos preços dos bens agrícolas e florestais) é, claramente, um problema acrescido, mas também uma oportunidade para redefinir estratégias e comportamentos. Não duvido que a própria dinâmica de globalização e a crise económico-financeira estão a gerar condições para o surgimento de uma nova estrutura de oportunidades e para a redefinição do papel dos governos e das comunidades locais. Os espaços rurais que demonstram maiores sinais de vitalidade são aqueles que melhor conseguem definir a sua identidade territorial, premeiam a cooperação, privilegiam a solidariedade inter-sectorial, possuem formas bastante diversificadas de integração externa e focalizam-se em mercados segmentados ou nichos. As comunidades e regiões com mais probabilidades de enfrentar com sucesso os tumultuosos tempos que atravessamos serão aquelas com mais capital de organização dos seus recursos endógenos, direccionando-os para o fortalecimento da organização social de base, para a qualificação dos actores, bem como para a capacidade de reter e reinvestir capitais a nível local. Afinal, o que é o desenvolvimento endógeno senão a capacidade para inovar a nível local e regional, garantindo competências de ajustamento aos novos desafios da modernidade?

Será útil, nestes tempos, repensar e reconfigurar o papel do Estado e dos actores institucionais e empresariais, rompendo com uma cultura e um quadro organizacional que foi idealizado e formatado com objectivos distintos dos que devem, actualmente, ser colocados. O Estado, nos seus diferentes patamares, não se encontra suficientemente apetrechado para fornecer respostas aos grandes desafios do mundo rural. E não estamos sequer a remeter para o défice de meios técnicos, humanos ou financeiros.



Basicamente, existe uma grande confusão entre eficácia e eficiência, ou seja, entre fazer a coisa certa e fazer certo as coisas. Continuamos, com grande empenho e eficiência, a fazer coisas que, pura e simplesmente, não deveriam ser realizadas. E a esquecer outras absolutamente imprescindíveis!

A redefinição do sentido e do devir das comunidades rurais e das relações entre os actores locais, deve obrigar a introduzir novos instrumentos que sejam mais coerentes com as oportunidades emergentes das actividades produtivas e de serviços. Será vantajoso, todavia, não esquecer os problemas do rural profundo, de áreas periféricas desertificadas e em agonia acentuada, a necessitar de programas de acção que garantam limiares mínimos de coesão social e territorial, utilizando critérios de discriminação positiva coerentes. Sempre que entendido por necessário, deve-se, a meu ver, ponderar a introdução de mecanismos facilitadores, ou mesmo proteccionistas, para promover a inserção dos bens e serviços nas economias locais e regionais.

Outro dos grandes desafios do mundo rural passa pela necessidade de qualificar as relações dos territórios com o ambiente externo. A globalização só pode ser, se bem compreendida, um factor de reforço da territorialidade, de amarração dos valores locais, simultaneamente, ao local e ao mundo. Miguel Torga afirmava que “o universal é o local sem paredes. É o autêntico que pode ser visto de todos os lados, e em todos os lados está certo, como a verdade”. O mundo rural, como identidade, tem tudo a ganhar se souber preservar a genuidade e trabalhar criativamente no saber-fazer, esbatendo todas as paredes que o impedem de se inserir vantajosamente na sociedade e na economia contemporâneas.

Grande parte do mundo rural debate-se, actualmente, acima de tudo, com uma crise de identidade a que urge dar cabal resposta.



Abandonado o modelo do rural agrícola tradicional, não se conseguiu ainda estruturar plenamente o modelo de uma nova ruralidade plural baseada na aprendizagem colectiva, na concertação de distintos grupos de interesses e na complementaridade de inter-relações urbano-rural. É ainda uma equação não devidamente resolvida que passa pela afirmação de entidades criadoras de território, não que ajam sobre o território – o que, bem entendido, faz toda a diferença. ■

A CRISE E A ÉTICA

Lopes Marcelo

1. O PRIMADO DA ÉTICA. Concretizando o exercício prático do gosto de pensar, o Editor desta nossa Revista lançou o tema “A Crise e a Fé”, como desafio fundamental de VIVER pelas veredas da reflexão interior. Tratou-se de um profícuo encontro e fórum de opiniões.

No meu entender, o enfoque principal da crise não terá tanto que ver com a fé, enquanto pauta íntima de relação e vibração com o transcendente. Antes, a crise económica e financeira tem mais que ver com a **ética**, enquanto código de valores e pauta comportamental, quer individual quer colectiva. Portanto, com relevância económica e social, pelas relações de dependência e de poder, ou seja, de maior ou menor nível de exploração versus solidariedade social. Mais do que o lugar que as pessoas ocupem na hierarquia social da riqueza de bens materiais e capacidade como consumidores (por vezes compulsivos), importa ponderar se **as pessoas são felizes**, realizando com liberdade e igualdade de oportunidades os seus objectivos de vida de acordo com os seus valores.

2. A CRISE. Esta, como todas as crises, não é neutra e tem vertentes controversas e de duplo sentido. Refiro só um exemplo: a subida dos combustíveis derivados do petróleo. De facto, o aumento do preço dos combustíveis agravou as condições económicas, quer do consumidor quer do nível dos circuitos económicos da produção e da comercialização dos produtos em geral. Contudo, implica impactos positivos para o ambiente, já que diminuiu consideravelmente a circulação rodoviária e aumentou a tomada de consciência sobre a poluição e a limitação de tais recursos. Ganhou, assim, tempo de antena e impacto social e político a problemática das **energias alternativas**, baseadas nos recursos renováveis. É fundamental que o aproveitamento dos recursos renováveis constitua a maior prioridade estratégica a nível nacional e mundial, destinando-se-lhes investimentos cada vez mais consideráveis.

Por outro lado, a perspectiva que se estava a viver a nível do capitalismo financeiro, de que os recursos de capital eram ilimitados, que o dinheiro gerava sempre mais dinheiro, introduziu em escala crescente, exponencial e explosiva, a irracionalidade gananciosa e a total **ausência de ética**. A falta de solidariedade e de controle gerou o escandaloso agravar das desigualdades entre os países e dentro de cada país. Só os ricos ficavam mais ricos à custa dos pobres ficarem cada vez mais pobres. Mas está tudo ligado e interdependente, sobretudo quando corre mal. O funcionamento da economia a nível global tem muito que ver com o comportamento do eco-sistema ambiental a nível do planeta. Influenciam-se mutuamente e de forma decisiva. Quer no sistema económico e financeiro, quer quanto ao ambiente e às alterações climáticas, tendo por base a circulação da informação que tornou o mundo numa aldeia global, é indispensável a tomada de consciência. De facto, quer ao nível de cada cidadão e movimentos sociais por grandes causas comuns, quer ao nível das prioridades e principais bandeiras dos países e instituições internacionais, é urgente exigir-se o apuramento de responsabilidades, a assumpção pública e inequívoca da alteração das regras e o seu consequente centro democrático e transparente. Isto é, não enfeudado a contabilidades obscuras e a sistemas de prémios a uma casta dos ditos super-gestores.



3. LIGAÇÃO COM O NOSSO TERRITÓRIO.

Sabe-se, pela experiência das últimas décadas, que não é em períodos de abundância de recursos financeiros que se fazem os melhores investimentos, com aderência à realidade e com selectividade coerente com as prioridades mais ajustadas à promoção e desenvolvimento do território. A escassez de meios de investimento obriga a praticar a selectividade, a racionalidade nas decisões, implicando que se invista no que é essencial. A nível do país, deveria levar a uma **actuação mais descentralizada** e articulada em **rede**, de modo a valorizarem-se os nossos recursos e a fixação da população. A nível regional e determinante para o desenvolvimento local, é de assinalar a já visível alteração do perfil de actuação dos autarcas, evoluindo das infra-estruturas e do betão para a animação do tecido produtivo e promoção dos produtos culturais locais.

No apoio à animação do tecido produtivo é fundamental a perspectiva de **fileira produtiva**, ou seja, é indispensável identificar e apoiar todas as fases de produção, desde os recursos ao produto acabado, de modo a encadearem-se as mais-valias de forma articulada e sustentada. Só assim se garante que o valor acrescentado ou rendimento gerado em cada concelho ali seja apropriado e aplicado. Para a valorização e afirmação da identidade cultural e da autenticidade da fileira produtiva, é da maior importância e grande urgência a certificação e a atribuição de **marcas** aos produtos genuínos. Só com o selo de autenticidade e marca identitária ligada ao território se podem combater os produtos brancos das grandes superfícies. É através do **marketing territorial** que se podem afirmar e divulgar com força e com meios adequados as qualidades ímpares dos nossos produtos culturais, promovendo a informação junto dos consumidores. Envolver, informar, formar e atrair consumidores esclarecidos tem de ser o combate principal. O desenvolvimento regional e local coerente com o território tem de envolver os nossos núcleos urbanos e o mundo rural, já que um e outro mantêm raízes comuns e elos de ligação originários da mesma matriz cultural. Só em conjunto podem ser agentes de coesão territorial e social, sendo os núcleos urbanos âncoras e mercados para os produtos locais e para o usufruto do território suportando a economia de base local. Esta pode ser uma almofada que amortece as consequências negativas da crise. ■

CECLAVÍN, ENTRE RIOS E SEM FRONTEIRAS!



© Cesar Corbacho



© Cesar Corbacho



© Cesar Corbacho



© Cesar Corbacho

Situada entre os rios Alagon e Tejo, frente a Salvaterra do Extremo, a uns escassos 30 quilómetros duma fronteira que dizem, sempre ter sido apenas jurídica, Ceclavín é uma muito limpa e luminosa vila implantada na meia encosta dum solarengo e verdejante vale. Com um nome pouco vulgar, que se diz ser de origem romana, derivado de “Cella-Vinária” (em tradução actualizada literal e simples - celha de vinho), esta nossa vizinha comunidade rural é hoje muito procurada por pescadores de muitas terras portuguesas.



© Cesar Corbacho

D. Pedro Martín González Mirón é, desde 1995, o Alcalde desta Vila. É categórico ao afirmar:

“Mantenho estreitas relações com o meu amigo D. António, presidente da Junta de Freguesia de Salvaterra, e defendo a necessidade de estreitarmos cada vez mais as boas relações que temos com os irmãos portugueses.

Sabe... para nós, esta fronteira nunca existiu. Nem física, nem mentalmente, sempre fomos e viemos facilmente, sempre recebemos quem vem, como vizinhos que em realidade somos.

Existem diferenças... é normal. Mas, no fundo os problemas que enfrentamos são idênticos. Claro que devem existir diferentes políticas e formas de as executar, mas...infelizmente, desconhecemos o que a esse nível se passa.

Penso que, entre nós, a descentralização dos poderes está muito mais consolidada, mas, por falta de informação, não podemos realmente comparar vantagens ou desvantagens de um e do outro lado.

Gostava que fosse melhorada a ligação a Salvaterra; está melhor, mas no Inverno é pouco seguro atravessar aquele pontão. Esta ligação poupa-nos muitos quilómetros, uma vez que evitamos ter que dar a volta por Monfortinho ou por Alcântara.

Sim senhor, também sentimos a crise. Andamos a comprar acima das nossas possibilidades e agora vemo-nos a braços com um endividamento crescente, mas... apesar de tudo, aqui pelos meios rurais, a crise sente-se menos.

Sentimo-nos satisfeitos, porque há maior adaptação das políticas às realidades dos territórios. A Junta da Extremadura conhece melhor os nossos problemas que os decisores de Madrid, por isso, nos últimos 20 anos, progredimos muito a nível dos equipamentos sociais, culturais e de saúde. Entre outros equipamentos, o Instituto de Educação para jovens dos 10 aos 18 anos, é uma instituição que muito prestigia a nossa terra e as capacidades dos nossos conterrâneos”.

– Deixamos Ceclavín com a impressão de ter estado num lugar agradável para viver, um lugar “Celha” de abundante vinho ou água, conforme os desejos. ■

ATIRANDO
PEDRINHAS NA POÇA

LAGARTOS,
METANÓIS
E OUTROS
“DÓIS... DÓIS”!

Abel Cuncas

“Olha, olha, quem lá vem! O Tio Luzidio com o primo Belinho! Temos coisa e deve ser da boa! Parecem entusiasmados... pior, nessa é que cá o Abel não rola, deslizo de mansinho até aquele recôncavo debaixo da figueirinha brava e... deixo passá-los”– Se bem o pensou, melhor o fez. Pela beirinha do regato manso, por onde escorrem ainda umas águas tardias para alimentar o Ponsul, o Luzidio e o Belinho, Tio e Primo do nosso já conhecido Abel Cuncas, continuaram o seu rolar (Cuncas rolam, não andam) em amena cavaqueira. Chegados à sombra da figueirinha, pararam e, sem mais, decidiram descansar da caminhada, mas não da discussão.

Ali mesmo encostado à berma, a cunca do nosso Abel serenamente camuflada entre as outras, cheio de curiosidade, o Abel decidiu que tinha de saber o motivo de tão animada discussão entre dois dos membros da ordeira e discreta família dos Cuncas da BIS:

– Só nós é que não saímos destes charcos ... Estamos a ser excluídos das dinâmicas naturais, não evoluímos, temos que mostrar a nossa força... juntos. Os Cuncas unidos seremos capazes de desviar as águas e afogar estes gajos que lá por cima ameaçam de nos matar à sede. Querem mudar o nosso “habitat natural”!

– É isso mesmo Belinho, se não emigrarmos, ficamos secos.

– Isso é que era bom... eu daqui não saio. Enquanto houver gotinha d’água para humedecer o toutiço, não saio, não saio e não saio, lembras-te do que aconteceu quando o avô Pulidinho se foi embora?... E nos queriam encaixotar para aquelas torrentes barrentas de África onde nem cuncas há?

– Olha Belinho, cá o Tio, se continuam com essas merdas de nos quererem levar para cima das Secretárias deles (salvo seja) só para pisar os papéis e não elas, compro uma dessas coisas que eles agora usam para encontrar as vias de destino e vou rolando até aos Escalos. Lá, segundo dizem, há uns lagartinhos a quem lhes pagam a viagem para Londres. Já imaginaste Belinho... cá o Cuncas numa caixinha a servir de caminha a um lagartinho e entrar na City sem passaporte nem controle policial, mais à vontade que qualquer emigrante clandestino?

– Oh Tio... nem me fale que me desanima, se o Abel sabe disso, ainda se nos adianta e toda a Cuncaria amontoa-se nos Escalos, cada um à espera do seu lagarto. Não vale a pena correr, porque os lagartos este ano talvez não viajem para a Europa, é preciso esperar para ver se perdem o medo das águas e ousam pôr-se ao sol.

– O esperto do Abel é que tem razão, estamos cercados por um muro mais alto que o da Palestina; enquanto esse murão nos cercar, é preciso rolar e calar, sem dar orelhas aos boatos.

São tudo ilusões: tabaquinho... caninha de açúcar, BIScana, etanóis, caracóis, vegetóis, etc. ...tudo boatos, parece que só nos restará o “metanol - frigol” de origem bio-digestiva cá dos BISENSES, à base de feijanito miúdo, de alto teor energético e sonoro, secularmente experimentado e adaptado às condições edafo-climáticas e esotéricas cá das nossas bandas.

–Nem isso, nem isso... querido Tio. O Tio é que anda mal informado. Já circulam notícias sobre o imposto que a Europa (Comissão Europeia da U.E.) está para lançar sobre as bufas bovinas, ovinas, e de outros animais, que muito contribuem para o aquecimento do planeta. O tal efeito de estufa. Segundo dizem, em Portugal, a fiscalização e controlo da soltura dos gases anais ficará a cargo da ASAE.

*Nota:
A conversa prolongou-se
abordando outros interessantes
e actuais temas BISantinos, já
sem a atenção do Abel que,
sob o impulso duma
correntezinha mais forte, se
deixou rolar até outras
paragens.*





NESTA EDIÇÃO DESTACA-SE:

GRANDE TEMA 09
CRISE E A CRENÇA

"As crises fomentam as crenças e as religiões. As religiões são produtos de crises. As três funções básicas das religiões são: 1) dar sentido à vida, 2) criar normas, 3) fazer comunidade. Estas funções são motivadas pelas crises e não pela prosperidade e harmonia social. A necessidade aguça o engenho. As crenças e as ideologias são da mesma espécie e podem substituir-se". Moisés Espírito Santo

GRANDE TEMA 15
REFLEXÃO COLECTIVA
SOBRE A CRISE E A FÉ:
MOMENTO DE GENUÍNO
ENRIQUECIMENTO MÚTUO

GRANDE TEMA 22
A CRISE E A FÉ: OUVINDO
O BISPO DE PORTALEGRE
E CASTELO BRANCO

"É o egoísmo de alguns ricos, que bem podem ser também alguns pobres em bens. Essa é que é a maior pobreza. Há gente que vive na ânsia do lucro e coloca o dinheiro no centro de tudo. A pessoa não conta. Essa é a maior pobreza da Sociedade actual: o egoísmo". D. Antonino Eugénio Fernandes Dias, Bispo de Portalegre e Castelo Branco

TRIBUNA DA CIDADANIA 30
"TODA A CRISE RESULTA
DA FALTA DE CONSCIÊNCIA
DO VALOR DA VIDA HUMANA"

António Martins da Cruz

INOVADORES E PIONEIROS 34
JOSÉ RIBEIRO HENRIQUES
- O "CENTAURO" DA CENTAURO